



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FERNANDO COLONIA

**A RELAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ
E CABO VERDE (PAIGC) COM A IDEOLOGIA MARXISTA DE 1956 A 1991**

RECIFE

2024

FERNANDO COLONIA

**A RELAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ
E CABO VERDE (PAIGC) COM A IDEOLOGIA MARXISTA DE 1956 A 1991**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Ciência Política. Área de concentração: Instituições políticas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Colonia, Fernando .

A RELAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA
GUINÉ E CABO VERDE (PAIGC) COM A IDEOLOGIA MARXISTA DE
1956 A 1991 / Fernando Colonia. - Recife, 2024.

83p. : il., tab.

Orientador(a): Marcos Aurélio Guedes de Oliveira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
2024.

Inclui referências.

1. marxismo. 2. ideologia. 3. PAIGC. 4. Amílcar Cabral. 5. Guiné-Bissau.
I. de Oliveira, Marcos Aurélio Guedes. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

FERNANDO COLONIA

**A RELAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ
E CABO VERDE (PAIGC) COM A IDEOLOGIA MARXISTA DE 1956 A 1991**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Ciência Política. Área de concentração: Instituições Políticas.

Aprovado em: -----/-----/-----

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira (orientador)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. José Francelino Galdino Neto (Examinador externo)

Universidade estadual da Paraíba (Uepb) - campus v João Pessoa

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a Dabana Vitor Bedan, o guerreiro que tombou antes de tempo, o vencedor que não está mais entre nós para cantar o hino da vitória, aquele que suplantou a sabotagem que é o nosso péssimo sistema de ensino e conseguiu a tão sonhada bolsa de estudo para o Brasil, com a finalidade óbvia de obter uma formação universitária mais qualificada, no entanto, não sabia que a sabotagem maior é o horroroso sistema de saúde do país, que não conseguiu diagnosticar, muito menos tratar a sua grave situação de saúde (um agressivo câncer que o atormentava) que o levaria a óbito tão precocemente.

Se bem o Conheço, e o seu senso de gratidão e grandiosidade, sei que se tivesse a oportunidade de viver até produzir uma dissertação ou qualquer que seja trabalho acadêmico, ele a/o dedicaria, sem dúvida, a seu irmão, Amado Vitor Bedam, melhor irmão que uma pessoa poderia ter na situação dele quando chegou ao Brasil, lutando contra o referido câncer que já se encontrava num estágio muito avançado, onde o tratamento já era apenas paliativo. Esse irmão abriu mão de todo conforto que tinha em São Paulo, mudou-se para Bahia para ir cuidar dele, passando noites sem dormir e dias sem se alimentar adequadamente cuidando dele no hospital, fez, rigorosamente, de tudo que era possível para manter seu irmão vivo, e

quando chegou a hora da partida, que era inevitável na condição que ele chegou, ele estava ao lado dele para lhe dar força/coragem e o maior conforto possível.

Vitor Bedan é meu amigo que se tornou irmão, com quem aprendi o quanto consigo ser egoísta e impaciente e até grosseiro quando estou com cansado e/ou com fome (defeito que tento melhorar todos os dias). Conheci o Dabana através dele, passei algumas noites com ele no hospital também, inclusive algumas páginas dessa dissertação foram escritas no hospital ao lado dele deitado. Foi nesse momento que prometi a mim mesmo que dedicaria esse trabalho a ele, independentemente do resultado do tratamento da quimioterapia a que estava sendo submetido

Por último e não menos importante, dedico esse trabalho à minha mãe, Domingas Monteiro, a melhor mãe do mundo, minha heroína, meu exemplo a seguir, fonte da minha moral, mulher guerreira e extremamente inteligente, que sempre me apoiou nos momentos difíceis, que sempre achou as palavras e atitudes mais apropriadas para me apoiar, com muita frequência indo na contramão de todos e todas, que nunca me pressionou para sucesso acadêmico, mas sempre me mostrou que o mais importante é ter conhecimento, ser bom naquilo que se propõe a fazer, independentemente de diplomas.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à cooperação de várias pessoas e instituições. Isto é, essa dissertação como resultado final de um trabalho de pesquisa, só se tornou realidade porque tive apoio de muitas pessoas. Pessoas e instituições que gostaria de deixar um breve agradecimento, é natural que não consiga me lembrar e, portanto, nomear todas elas, por esta razão, meu agradecimento em primeiro lugar vai para todos e todas que de alguma maneira contribuíram para realização desse trabalho.

Primeiramente, minha imensa gratidão à Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia de Estado de Pernambuco (FACEPE) que financiou essa pesquisa por intermédio da bolsa de estudo a mim concedida.

Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Marcos Aurélio Guedes, meu orientador, pela confiança, paciência, dedicação e, sobretudo, a compreensão com que me orientou durante o período de desenvolvimento dessa pesquisa. Ao meu irmão, Júlio Colonia que bancou meus estudos por muitos anos, e que no momento de vir iniciar meus estudos no Brasil, me deu uma quantia de dinheiro suficiente para bancar meus primeiros dias e meses no Brasil. Ao meu outro irmão, Inácio Colonia, que sempre tentou, na medida do possível, acompanhar

meu desempenho escolar quando era criança e que custeou a passagem aérea para o Brasil. Ao Vicente Colonia, meu outro irmão, meu protetor quando era criança, que sempre me defendeu das encrencas em que me envolvia, foi quem me deu todo apoio financeiro necessário no que diz respeito à documentação durante o processo seletivo na embaixada do Brasil em Bissau, bem como autenticação de todos os documentos no ministério de negócios estrangeiros do país.

Também gostaria de agradecer às minhas irmãs que sempre me deram o amor e cuidado necessário desde criança, a elas devo, em grande parte, a minha permanência na escola, caso contrário, talvez eu não teria chegado onde cheguei. À Necas Colonia, a primeira pessoa que chamei de mana, isso desde criança e assim continua até hoje, que quando fui me despedir dela, me deu um lindo cobertor, que inclusive estou usando nesse momento no frio de 13° em São Paulo enquanto escrevo este texto, e me disse: “leve isso e se proteja do frio de lá”! À minhas irmãs: Linda Colonia, Cadi Colonia, Amalia Colonia por todo apoio, cuidado e carinho. Aos meus amigos Avelino Vaz, Lázaro Uassena Uma e Carlitos N`ansambé, pessoas com as quais passei bom parte do tempo aqui no Brasil, que contribuíram muito no meu crescimento intelectual.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender como o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) utilizou o pensamento marxista na construção do seu projeto de Estado-nação. Em particular, examinamos como os conceitos de luta de classe, materialismo histórico e burguesia foram apropriados estrategicamente pelo PAIGC durante a luta pela independência do país (1956-1991), bem como sua política socialista nos primeiros anos de pós-independência. Segundo Gerring (2008), a seleção do caso se justifica pela seguinte razão: evita o problema de escolher uma amostra pequena de forma completamente aleatória (isto é, sem qualquer estratificação prévia). A escolha do PAIGC se justifica, por um lado, por ser o único partido libertador dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que nunca assumiu oficialmente ser um partido de orientação ideológica marxista-socialista (Andrade, 1997) ainda que o seu projeto de nação, é clara nitidamente socialista assim como os demais países de PALOP e, por outro lado, por ser o partido libertador e o maior do país até o momento. Metodologicamente, a pesquisa será desenvolvida através da técnica de revisão da literatura.

Palavras-chave: marxismo; socialismo; PAIGC; Amílcar Lopes Cabral; Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This work seeks to understand how the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) used Marxist thinking in the construction of its nation-state project. In particular, we examine how the concepts of class struggle, historical materialism and bourgeoisie were strategically appropriated by the PAIGC during the country's struggle for independence (1956-1991), as well as its socialist politics in the early post-independence years. According to Gerring (2008), case selection is justified for the following reason: it avoids the problem of choosing a small sample completely randomly (that is, without any prior stratification). The choice of PAIGC is justified, on the one hand, because it is the only liberating party of the Portuguese-speaking African Countries (PALOP) that has never officially assumed that it is a party with a Marxist-socialist ideological orientation (Andrade, 1997) even though its project as a nation, it is clearly socialist, just like the other PALOP countries and, on the other hand, because it is the liberating party and the largest in the country to date. Methodologically, the research will be developed using the literature review technique.

Keywords: Marxism; socialism; PAIGC; Amílcar Lopes Cabral; Guinea Bissau

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Guiné-Bissau localizada no mapa do continente africano.....	13
Figura 2 - Guiné-Bissau entre duas fronteiras (Senegal ao norte e Guiné Conakry ao sul).....	14
Figura 3 - Mapa da divisão administrativa da Guiné-Bissau.....	15

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - datas e lugares de nascimento dos fundadores.....	19
Tabela 2 - fugas e prisões dos fundadores.....	23
Tabela 3 - Composição de primeiro governo liderado por Luiz Cabral (1974 a 1980).....	60
Tabela 4 - A estruturação do Conselho da Revolução (1980-1984).....	68
Tabela 5 - Novo Elenco Governamental Guineense de 1986.....	70
Tabela 6 - Elenco governamental do governo de transição (1992).....	73

LISTA DE ABREVIATURAS

ANP	Assembleia Nacional Popular
BM	Banco Mundial
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CR	Conselho da Revolução
EUA	Estados Unidos de América
FMI	Fundo Monetário Internacional
PL	Lei Partidária
LQP	Lei Quadro de Partido
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa
PAIGC	Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
SNECIA	Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 A resiliência de marx (ismo)	14
1.2 Breve contextualização do país pesquisado.....	17
1.3 Explicando o uso do termo ideologia	21
2. TRAJETÓRIA DE VIDA DE FUNDADORES DO PAIGC E O PROTONACIONALISMO COMO PRECURSOR DA CONSCIÊNCIA NACIONAL ANTICOLONIAL.	23
2. 1 Breve resumo de trajetória de vida dos fundadores.....	23
2.2 Amílcar lopes cabral.....	29
2. 4 Casa de estudantes do império: o lugar de promoção de uma conciencia revolucionária	38
3. PARTIDO AFRICANO PARA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE-PAIGC: DA FUNDAÇÃO À INDEPENDÊNCIA.	46
3.1 Contexto global e local	46
3.2 A fundação do PAIGC.....	51
3.3 PAIGC em busca da independencia da guiné e cabo verde e o uso do marxismo	53
4 PAIGC E OS IDEIAS MARXISTAS NO PERÍODO PÓS INDEPENDÊNCIA	62
4.1 Primeiros passos do paigc no poder	62

4. 2	O abandono do socialismo e abertura democrática	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1. INTRODUÇÃO

1.1 A resiliência de Marx (ismo)

Será sempre um erro não ler Marx. Isto é, também alguns outros - e para além da “leitura” ou da “discussão” académica. Cada vez mais será um erro, uma falta de responsabilidade teórica, filosófica, política. Não haverá futuro sem isto. Não sem Marx, não há futuro sem Marx, sem a memória e sem a herança de Marx, de seu gênio, de um ao menos de seus espíritos. (DARRIDA, 1994, p.29-30 APUD ALCOFORADO, 2005, p. 84)

Se ler ou não ler o Marx será sempre um erro é uma questão, até certo ponto, subjetiva da pessoa que expressa tal opinião, dependendo da sua orientação ideológica ou epistemológica. No entanto, o que não é desse âmbito é a importância desse pensador para academia, assim como para o mundo político. Desde o momento em que suas ideias foram expostas ao mundo- no século XIX, nunca mais saiu do debate intelectual e político, esta constatação é esvaziada de qualquer juízo de valor. Isto é, a afirmação, da nossa parte, da importância desse pensador não pressupõe necessariamente que estejamos a dizer que seja positivo ou negativo.

Karl Marx e Friedrich Engels- principais ideólogos do marxismo – também conhecido como socialismo científico, são estudados desde o período da formalização do pensamento marxista até os dias de hoje. São admirados e respeitados por uns (as vezes exageradamente são colocados como soluções para todos os males), bem como odiados e desprezados por outros igualmente com exagero (colocados como a causa de todos os males). Diferentemente do que Francis Fukuyama perspectivou no seu artigo- o fim da história? ¹Em 1989, transformado em livro anos depois, esses dois pensadores ainda continuam sendo objeto de estudo de vários pensadores. Enquanto existir a desigualdade social, a dominação e o modelo de produção capitalista, estudar o pensamento dos dois- o marxismo- será indispensável.

No seu artigo- o que eu aprendi com Marx e o que ainda permanece? Przeworski analisa alguns temas abordados por este pensador: A busca da abundância material, a compatibilidade entre capitalismo e democracia, o papel do Estado e a teoria da dinâmica do

¹ Em 1989, o cientista político e economista americano Francis Fukuyama publicava seu famoso artigo O fim da história? Na revista The National Interest. Nele, argumentava que a difusão mundial das democracias liberais e do livre capitalismo de mercado possivelmente sinalizavam o fim da evolução sociocultural da humanidade. Três anos mais tarde, ele publicaria o livro O fim da história e o último homem, onde expandia essas ideias. (ALMEIDA, 2022, p. 1)

capitalismo. Nele, o autor avalia que “as intuições de Marx são muitas vezes poderosas, mas algumas de suas análises são errôneas, algumas corretas, mas ultrapassadas, algumas seminais, mas ainda insuficientemente exploradas, e algumas abandonada”. (Przeworski (2020, p.15)

Entretanto, mesmo fazendo as ponderações que, em alguma medida, possam parecer rigorosas demais, ele destaca a importância de estudar o Marx nos dias atuais devido ao que ele chama de insistência do mesmo em relação a importância da estrutura da propriedade para moldar a distribuição de renda. Isto é, não se pode prescindir da leitura de Marx quando se pretende debater a distribuição de renda ou em outras palavras a mitigação da desigualdade social.

Se considerarmos o que aconteceu no mundo nos últimos 3 anos com a eclosão da pandemia do novo corona vírus, Covid-19, que segundo jornal Uol², publicado no dia 23/08 2021. O Brasil, apesar da pandemia e da crise econômica, produziu 40 novos bilionários em 2021, onde o mais rico entre eles, Marcelo Rodolfo Hahn, de 52 anos, possui um patrimônio estimado em 7,54 bilhões.

Enquanto isso, de acordo com o estudo³ da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicado pelo jornal Estadão, no dia 16/06/2022, a proporção de pobres subiu de 7,6% em 2020 para 10,8% em 2021, de acordo com a pesquisa isso corresponde a mais de 7,6 milhões de brasileiros que passaram a viver na pobreza. Ou seja, ao mesmo tempo que surgem novos bilionários surgem novos pobres, o que evidencia de maneira mais clara e categórica a má distribuição de renda e, conseqüentemente o aumento da desigualdade o que, de certa forma, traz o Marx para o centro do debate.

Esse efeito da pandemia na piora da desigualdade social não é da exclusividade brasileira, de acordo com Oxfam Brasil, repercutido pelo jornal agencia Brasil⁴, publicado no dia 17/01/2022, “enquanto a pandemia colocou na pobreza mais de 160 milhões de pessoas, um novo bilionário surgiu a cada 26 horas desde o início da crise humanitária”. Assim fica exposta a incapacidade do modelo neoliberal (no que tange à distribuição de renda), ora colocado por Fukuyama como sendo o ápice do avanço da organização da

² Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/27/40-novos-bilionarios-brasileiros-forbes.htm>. Acesso em 09/08/2022.

³ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/no-segundo-ano-de-pandemia-brasil-registra-mais-72-milhoes-de-pessoas-na-pobreza/> Acesso em 09/08/2022.

⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-01/pandemia-fez-um-novo-bilionario-cada-26-horas-diz-oxfam>. Acesso em 09/08/2022.

sociedade e, portanto, o fim de qualquer tentativa de encontrar outro modelo de arranjo social, incluindo o modelo proposto pelo Marx e Engels.

A crise econômica desencadeada pela pandemia, que jogou milhões de pessoas na pobreza enquanto um número ínfimo de outras pessoas se torna mais rica, deixou mais nítida e categórica a necessidade de voltar a discutir, de maneira mais séria, a necessidade de os Estados e intelectuais pensarem a distribuição de riqueza de modo a mitigar a desigualdade que o modelo neoliberal não conseguiu resolver. Em outras palavras, a crise expôs a necessidade de repensar o papel do Estado na distribuição de riqueza, na garantia de saúde para população e no seu papel na vida cotidiana dos seus cidadãos.

WALLACE, et. AL., 2020 ao se debruçarem sobre o tema “COVID-19 e os circuitos do capital”, propuseram várias medidas que os Estados deveriam adotar para evitar a próxima tragédia em caso de surgimento de uma nova pandemia. Dentre as propostas destacam-se as seguintes: Nacionalizar os hospitais e socializar os produtos farmacêuticos (vale destacar que discutiram a situação dos Estados Unidos da América que é um dos estados mais capitalista do mundo). As duas propostas vão de encontro ao modelo de Estado neoliberal, o que, de novo, traz o pensamento marxista do papel do Estado para o centro do debate.

Por outro lado, denunciam as estruturas políticas liberais ao sugerirem que elas permitem socializar a pobreza enquanto privatizam os lucros.

As atuais estruturas políticas – que permitem que empresas agrícolas multinacionais privatizem lucros enquanto externalizam e socializam prejuízos – devem se sujeitar à “aplicação de normas” que revejam esses custos, se realmente se pretende evitar uma doença pandêmica fatal de massas no futuro próximo. (WALLACE, et. AL., 2020, P. 9)

Fica evidente que as ideias/visões de mundo e proposta do modelo de sociedade pensado e sugerido por Marx não estão superadas, muito pelo contrário, a experiência pandêmica vivido nos últimos três anos, deixou mais explícita ainda a importância desse pensamento e a necessidade cada vez mais de sua observação e aplicação, ainda que de modo pontual, como forma de evitar ou de se lidar com grandes catástrofes que atingem a sociedade e que, por razões óbvias de vulnerabilidade financeira, acaba atingindo mais os extratos sociais mais pobres, como foi o caso da pandemia aqui mencionado.

Para o contexto guineense (Guiné-Bissau), o palco da pesquisa, o marxismo como sendo uma teoria e prática socioeconômica e corrente político-ideológico criada/formulada

ou sistematizada na Europa (lugar e cultura diferente da Guiné-Bissau), por Karl Marx e Frederick Engels e que se difundiu para o resto do mundo, não perde a sua relevância no que diz respeito a leitura de mundo que oferece e muito menos a sua proposta de sociedade é esvaziada pelas particularidades culturais da Guiné-Bissau.

Antes pelo contrário, o seu caráter revolucionário e emancipador (pelo menos no plano de ideias e do ponto de vista da retórica) encontrou endosso de líderes anti-imperialistas em vários países do mundo que acabaram por adotar essa ideologia, como é o caso da Guiné-Bissau e Cabo Verde que, após as suas independências, adotaram o pensamento marxista-socialista como fundamento a partir do qual construiriam uma sociedade livre da dominação colonial, bem como de qualquer outra dominação do homem sobre homem, como pregava o líder Amílcar Lopes Cabral⁵.

1.2 Breve contextualização do país pesquisado

Antes de qualquer abordagem mais focalizada e substancial, faz-se necessário contextualizar o leitor/leitora sobre o país que está sendo pesquisado, visto que não se trata de país sede da Universidade (Brasil) onde a pesquisa está sendo desenvolvida. Embora os dois países compartilhem uma história comum- a colonização portuguesa- eles apresentam diferenças substanciais em vários domínios. Por esta razão, é importante colocar à disposição do leitor algumas informações introdutórias sobre o país.

Por outro lado, por ser um país “insignificante” no cenário internacional, tendo em vista a sua parca influencia na geopolítica global, razão pela qual fica de fora de muitos debates mais globais, sem falar da sua pífia (para não dizer inexistente) contribuição na produção acadêmica para o mundo, e quando consegue produzir não chega a permear os meios convencionais de produção do conhecimento, especialmente no campo da ciência Política, o que, de alguma forma, explica o pouco que se sabe sobre ele.

A Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África. Comparado ao Brasil, é um país extremamente pequeno, contendo uma área de 36,125 km² (quilômetros quadrados). Faz fronteira ao norte com Senegal e ao sudeste e leste com a República de Guiné-Conacri (grande aliado na luta pela independência do país) e ela é banhada ao Oeste pelo Oceano atlântico. Ex-colônia de Portugal, possui como a língua oficial- português-, apenas oficial, visto que a língua portuguesa não é a mais falada no país e não é a que se fala no dia a dia

⁵ Líder e fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

dos cidadãos. É membro da Comunidade de Países da Língua Oficial Portuguesa (CPLP) desde quando da criação da organização, a 17 de julho de 1996, em Lisboa.

Figura 1- Guiné-Bissau localizada no mapa do continente africano.



Fonte: Site ⁶da embaixada da Guiné-Bissau

Figura 2- Guiné-Bissau entre duas fronteiras (Senegal ao norte e Guiné Conakry ao sul)

⁶ Disponível em: <http://embaixadaguinebissau.pt/info-guine/> Acesso em: 11. Ag. 2022



Fonte: On The World Map⁷

O território que hoje pertence à Guiné-Bissau e que num passado recente pertencia a Portugal, sendo sua colônia no continente africano, portanto se chamava Guiné portuguesa ou província ultramarina de Portugal. Segundo Pereira & Vittoria (2012) era parte integral do império/reino mandinga chamado Kaabu (também chamado de Gabu) até o século XIX.

Como mostra o segundo mapa, o território que comporta a Guiné-Bissau atualmente é composta de seguinte maneira: uma parte insular, à esquerda do mapa, onde estão localizadas as mais de 100 ilhas e ilhéus que o país tem, essa área é conhecida como Arquipélago dos Bijagós, por ser povoado predominantemente por bijagós. E a outra parte continental que corresponde toda área continental (terra firma) do país, à direita do mapa, onde estão situadas as duas fronteiras. Vale enfatizar que o país só tem duas fronteiras, e são todas elas terrestres. Tem duas estações ao longo do ano: a chuvosa que vai de maio a novembro e a seca que vai de novembro a maio.

Em termos climáticos, o país é privilegiado com um clima tropical úmido, de acordo com Vaz (2020) a temperatura varia, a nível nacional, de 19° C (ou 17° C raramente) a 38°

⁷ ON THE WORLD MAP. Guinea-Bissau location on the Africa map. Disponível em: < <http://ontheworldmap.com/guinea-bissau/guineabissau-location-on-the-africa-map.html>>. Acesso em: 15.ago.2022

C. dependendo da região e/ou período do ano, os meses de novembro a fevereiro são os mais frios do ano, e a província leste é a mais quente do país, e a província sul é a menos quente.

Administrativamente, o país é dividido em oito regiões, (o que seria equivalente aos estados no Brasil), cada uma é povoada predominantemente por um grupo social/etnia específica. Anteriormente essas regiões eram povoadas quase que única e exclusivamente por grupos sociais ou etnias específicos/as, não havia integração entre povos, mas com o projeto nacional de criação de uma única nação-guineense, que agrega as outras pequenas nações- essa configuração vem se mudando gradativamente ao longo do tempo, atualmente cada região é povoada por diversos povo/grupo social. As regiões estão espalhadas em três províncias que compõem o território nacional, são elas: Norte, Sul e Leste.

Figura 3- mapa da divisão administrativa da Guiné-Bissau



Fonte: subordinado digital⁸

Como já foi mencionado anteriormente, A Guiné-Bissau, assim como a maioria dos países da África, é formada por vários povos, cada um com sua língua, tradição e organização

⁸ Disponível em: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/06/lista-regioes-da-guine-bissau-e-suas-capitais.html> . Acesso em: 12. Ag. 2023

social. A língua da unidade nacional, àquela que permite a comunicação entre os povos, é a língua crioula. Para ser mais específico, segue a distribuição dos grupos sociais que compõem a nação guineense:

Existem entre 27 e 40 grupos étnicos. As etnias com maior expressão na Guiné-Bissau, segundo os censos de 2009, são: a Fula (28,5%) que vive essencialmente no leste do país – Gabú e Bafatá, seguida da etnia Balanta (22,5% da população) que se encontra principalmente nas regiões Sul (Catió) e Norte (Oio), a Mandinga com 14,7%, no Norte do país, a Papel com 9,1% e a Manjaca com 8,3%. Com expressão mais reduzida encontramos ainda as etnias Beafada (3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagó (como o próprio nome indica, vive no Arquipélago dos Bijagós e representa 2,15% da população total), Felupe com 1,7%, Mansoanca (1,4%) ou Balanta Mane com 1%. As etnias Nalu, Saracole e Sosso representam menos de 1% da população guineense e 2,2% assume não pertencer a qualquer etnia. (BENZINHO & ROSA, 2018, p. 16)

Como se pode ver, o país é altamente fragmentado em termos populacionais, isto fica mais evidente quando pensamos que o mesmo tem, de acordo com Countrymeters (2022) 2.074.167 (dois milhões e setenta e quatro mil e cento e sessenta e sete) de habitantes. Isto é, não se trata de um país populoso e ainda sim conta com uma gama tão grande de variedade “étnica”, cultural e linguística. É nesse sentido que a língua guineense (como sugerem os linguistas) cumpre o papel da língua da unidade nacional, mesmo não sendo falada por toda população, é ainda a mais falada do país.

1.3 Explicando o uso do termo ideologia

O termo ideologia carrega, ao longo do tempo e ainda hoje, várias definições, tais definições chegam a ser muito distantes umas das outras. Deste modo, nos parece necessário trazer algumas delas para situar o/a leitor/a sobre diferentes entendimentos que orbitam em torno desse termo. Sendo assim, será, obviamente necessário o nosso posicionamento em relação a qual definição endossar para nossa pesquisa. Esse posicionamento será feito ao final das apresentações das referidas definições, isto porque é fundamental deixar claro a nossa compreensão do que é ideologia, para facilitar o entendimento do leitor sobre o emprego do termo na pesquisa.

Conforme Nunes (1961) em obra do autor português- Ruas (s.d., p. 19) – “inventariam-se não menos de catorze acepções distintas que lhe têm sido atribuídas sem, no entanto, o inventário ficar completa”. No entanto, aqui traremos apenas algumas acepções, visto que não é o foco do trabalho versar sobre esse assunto, não porque é menos importante, é só uma questão de prioridade.

Alguns sociólogos usam o termo ideologia para designar o conjunto de ideias, crenças e modos de pensar característicos de um grupo, seja nação, casta, profissão ou ocupação, seita religiosa, partido político, etc. A ideologia será, então, o conjunto de conteúdos espirituais de uma determinada cultura ou subcultura, entendido aqui por cultura todo o sistema de elementos, materiais ou não-materiais produzidos (ou recebidos), acumulados, propagados e transmitidos pelos homens ao longo do tempo, em certa sociedade. FAIRCHILD, 1960, s/p Apud Nunes, 1961, p. 6)

Na sequência, ele apresenta a definição da ideologia trazida por Emilio Willems, e a comenta. Na concepção deste, a ideologia seria:

(...) Sistema de ideias próprias de um certo grupo e condicionado, em última análise, pelos centros de interesses desse grupo. Acrescentando que a função da ideologia reside na conquista ou conservação de uma posição social determinada do grupo ou dos seus membros. A ideologia é agora concebida como sistema de ideias, adotado (sic) e difundido por um grupo particular dentro da sociedade, que serve a esse grupo como instrumento na luta social, por favorecer a manutenção ou reforço, ou pelo contrário, a alteração da sua posição e de seus interesses, perante os outros grupos. (NUNES, 1961, p. 6)

Por sua vez, Kar Marx e Friedrich Engels, na obra, a ideologia alemã, ao discorrerem sobre o que seria a ideologia, escrevem:

As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são expressões das relações que precisamente tornam uma classe dominante; ou seja, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciências e, portanto, pensam; na medida em que dominam como uma classe e determinam toda amplitude de uma época histórica, é óbvio que eles fazem isso em toda sua extensão e, portanto, entre outras coisas, também dominam como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e distribuição dos pensamentos do seu tempo; é igualmente óbvio, portanto, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX & ENGELS, 1932, p. 47)

Por fim, é importante atentar para a definição oferecida por Marilena Chauí na sua obra intitulado “o que é ideologia”. Essa definição é importante, por um lado, porque traduz melhor o entendimento de Marx e Engels sobre o assunto em pauta.

Ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas de existência dos indivíduos. Ora, a partir do momento em que a relação do indivíduo com a sua classe é a da submissão a condições de vida e de trabalho prefixadas, essa submissão faz com que cada indivíduo não possa se reconhecer como fazedor da

sua própria classe. Ou seja, os indivíduos não podem perceber que a *realidade* da classe decorre de *atividade* de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e na qual o indivíduo se converte em uma parte, quer queira, quer não. É uma fatalidade do destino. A classe começa, então, a ser representada pelos indivíduos como algo natural (e não histórico), como um fato bruto que os domina, como uma “coisa” que vivem. (CHAUÍ, 2012, p. 86)

Como prometido anteriormente, para o desenvolvimento dessa pesquisa adotar-se-á a primeira definição da ideologia da nossa lista, àquela oferecida por Fairchild segundo a qual, “a ideologia é conjunto de ideias, crenças e modos de pensar característicos de um grupo, seja nação, casta, profissão ou ocupação, seita religiosa, partido político”.

Portanto, quando se fala em ideologia do PAIGC está se referindo a maneira/forma como esse partido vê a realidade do mundo e da Guiné-Bissau em particular e do seu projeto de criação de uma sociedade através de um conjunto de ideias presentes no marxismo. Não se fala, portanto, em uma falsa visão da realidade, criada e propagada por uma classe dominante que, no fim das contas, acaba servindo seu próprio interesse, alienando o indivíduo da consciência da sua classe, como vimos nas outras definições em cima.

2. TRAJETÓRIA DE VIDA DE FUNDADORES DO PAIGC E O PROTONACIONALISMO COMO PRECURSOR DA CONSCIÊNCIA NACIONAL ANTICOLONIAL.

2. 1 Breve resumo de trajetória de vida dos fundadores.

É importante ter a noção da trajetória de vida dos fundadores, visto que nos possibilita a conhecer a heterogeneidade ou homogeneidade que marcou suas experiências de vida. Saber, por exemplo as datas e lugares de nascimento de cada um e sabendo o que acontecia nesses espaços nesses momentos, pode ajudar a entender o comportamento dos mesmos no futuro e porque endossaram e desenvolveram o projeto de luta de libertação nacional dos dois países.

O respeitado historiador (autodidata) John Henrik Clarke, considerado pai da história preta, segundo Abibiman Shaka Touré, CEO da Editora Poder Africano, na sua obra pan-africanismo, poder preto e história preta, ao falar da biografia do líder da independência do Gana, Dr. Kwame N`krumah, assegurou que não há como entender esse, ou qualquer outro homem, sem também entender o país em que nasceu e até que ponto esse país e as circunstâncias de seu nascimento influenciaram o total de sua vida.

Na mesma linha de raciocínio, assegura o Coutinho (2012, n.p.) “O conhecimento dos anos de nascimento dos dirigentes em causa permite-nos analisar mais profundamente o ambiente e as situações eventualmente vividas durante as respectivas infâncias e adolescências que possam ter marcado a sua visão política do mundo”.

Tabela 1- datas e lugares de nascimento dos fundadores.

Nomes	Datas	Cidades	Países
Almeida, Júlio	17 / 03 / 1926	S. Vicente	Cabo Verde
Cabral, Amílcar	12 / 09 / 1924	Bafatá	Guiné- Bissau
Cabral, Luís	10 / 04 / 1931	Bissau	Guiné- Bissau
Fortes, Fernando	28 / 12 / 1929	S. Vicente	Cabo Verde
Pereira, Aristides	17 / 11 / 1923	Boavista	Cabo Verde
Turpin, Elysée	23 / 05 / 1930	Bissau	Guiné- Bissau

Fonte: Coutinho, 2017 (elaborado pelo autor).

Oito anos é a diferença de idade entre o mais velho e o mais novo membro fundador do partido (sendo Aristides Pereira o mais velho e Luís Cabral o mais novo.), ou seja, os fundadores nasceram de entre 1923 e 1931 equivalente a um intervalo de 8 anos. Entre os seis, três nasceram no território da Guiné-Bissau e três em Cabo Verde, dentre os guineenses nenhum nasceu na capital administrativo ou política que, no momento, era cidade de Bolama. Bissau, que se tornaria capital político em 1941, era capital económico do país e Bafatá era segunda maior cidade.

Já para os nativos de Cabo Verde, que assim como os da Guiné-Bissau, dois nasceram na mesma cidade, S. Vicente e outro em outra, Boavista. Ilha de S. Vicente era, de acordo com Coutinho, 2012, a segunda mais povoada do arquipélago, e também o centro económico, cultural do país, e de contatos internacionais. O conhecimento das regiões da proveniência dos fundadores é necessário porque:

O PAIGC foi um partido criado com o objectivo de libertar politicamente dois territórios distintos. É, por isso, natural que nos questionemos acerca da origem dos seus fundadores. Vistas as diferenças regionais e entre as populações destes territórios, também é interessante saber de que regiões provinham estes membros do partido. (COUTINHO, 2012, n.p.)

Uma experiência muito importante que merece destaque e que perpassa a vida de todos os fundadores, com a única exceção de Elysée Turpin, é a de imigração cabo-verdiana na Guiné-Bissau. Isto porque todos os fundadores nascidos em Cabo Verde e até mesmo os irmãos Cabral que nasceram no território guineense, tiveram a experiência migratória. Segundo Coutinho, 2012 os dois passaram uma boa parte da infância e toda adolescência em Cabo Verde, nas ilhas de Santiago e S. Vicente. Sendo eles da Guiné, tiveram também uma vivência cabo-verdiana, vale enfatizar ainda que os dois são resultados de uma recente emigração cabo-verdiana na Guiné, visto que o pai de ambos, assim como a mãe de Amílcar eram oriundos de Cabo Verde.

Outra experiência comum entre os fundadores cabo-verdianos, incluindo os dois irmãos Cabral, que interessa a nossa abordagem nesse subcapítulo, trata-se da passagem desses pelo liceu Gil Eanes que ficava na ilha de S. Vicente.

Foi-se tornando evidente ao longo das nossas pesquisas que a experiência comum a todos os cabo-verdianos, incluindo o irmão Cabral e os dirigentes da segunda geração, foi a passagem por uma outra instituição antes da fundação do PAIGC ou da sua adesão a este partido. Esta instituição é o liceu Gil Eanes em S. Vicente. O que ela teve de peculiar, na altura em que os cabo-verdianos e guineenses em causa por aí passaram, diz respeito seu corpo docente. Com efeito, alguns professores desta instituição protagonizaram um movimento cultural que afirmou claramente pela primeira vez a existência de uma identidade cabo-verdiana. Isto sucedeu em período de ditadura, quando a versão do governo apresentava Cabo-Verde como um caso de regionalização da cultura portuguesa. (COUTINHO, 2012, n.p.)

Parece razoável falar em influência desse liceu na vida desses adolescentes, que se tornaram depois líderes da luta pela independência dos dois países. Considerando que a luta pela emancipação política que desencadearam também comportava a dimensão de emancipação cultural e valorização da cultura africana, em especial guineense e cabo-verdiana.

Do ponto de vista profissional, o que nesse momento histórico, não se podia falar da grande maioria da população desses territórios, uma vez que sua esmagadora maioria era analfabeta, os fundadores, pelo menos no momento da fundação do partido, estavam todos empregados ou no setor privado ou a serviço do Estado colonial.

Pelo que se viu até aqui, não se pode pensar que os fundadores pertenciam as camadas mais pobres das duas sociedades daquela época. Pertenciam, na verdade, a camada (dos não brancos) mais privilegiadas por terem a oportunidade e condições de estudar e trabalhar nos

postos relativamente importantes à época, o que lhes possibilitou a conhecer mais a estrutura da opressão colonial portuguesa. Vejamos o posto de trabalho que cada um ocupava:

Aquando da fundação do partido, todos os membros fundadores estavam empregados em Bissau. Quatro de entre eles trabalhavam em instituições do Estado e dois numa empresa privada. Júlio Almeida e Amílcar Cabral eram empregados dos “serviços provinciais de agricultura e florestas”, o primeiro na qualidade de técnico agrícola, o segundo com um contrato a termo certo como engenheiro. Eles partilhavam o mesmo local de trabalho, a granja de pessubé, situada nos arredores da capital. Fernando Fortes e Aristides Pereira trabalhavam juntos nos correios, onde tinham iniciado uma carreira como funcionários públicos. Quanto a Luís Cabral e Elisée Turpin, trabalhavam nos escritórios da maior empresa comercial instalada na Guiné-Bissau na altura, a casa Gouveia. (COUTINHO, 2012, n.p.)

Assim sendo, fica evidente que faziam parte dos mais privilegiados entre os não brancos, os chamados pelo regime colonial e imperialista de “civilizados”, Adjetivo atribuído, à época, às pessoas nativas que dominassem o modo de vida branco, que soubessem falar e escrever o português, ou os que tivessem um trabalho “respeitável”, etc. vejamos os detalhes que o Coutinho oferece:

Os seis fundadores do PAIGC pertenciam à categoria dos “civilizados”. que, em 1950, incluía unicamente 8320 pessoas. Cardoso indica-nos que os elementos deste grupo trabalhavam sobretudo nos setores da administração pública e do comércio. Ele acrescenta que, no que diz respeito À população “civilizada”, pode considerar-se a existência de três grandes grupos sociais: um composto por funcionários públicos e comerciantes, outro por pequenos e médios proprietários agrícolas, que eram chamados ponteiros e por fim, o dos empregados do setor terciário e os profissionais liberais. (COUTINHO, 2017, p. 75)

Mesmo fazendo parte dessa categoria social, o que oferecia certas benesses a quem a integrasse, não foram poupados pelo regime opressora que vigorava, foram perseguidos e alguns foram (aqueles que não conseguiram sair do país) presos pela PIDE⁹ (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) que foi o braço de Estado para desencorajar qualquer organização ou movimento que pretendesse enfrenta-lo, quando começaram a questionar o regime.

⁹ Foi a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político do Estado Novo. Para além das funções de polícia política, a sua atividade abrangia igualmente o serviço de estrangeiros e de fronteiras, assim como, era também mobilizada no contexto de querelas familiares ou afectivas ou para intervir em problemas no local de trabalho. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Internacional_e_de_Defesa_do_Estado. Acesso em: 29 de jan. de 2022

A violência, a perseguição como uma de suas dimensões, como forma de asfixiar, neutralizar ou desencorajar qualquer tentativa de revolta popular contra o Estado colonial português, foi uma estratégia adotada pelo regime. Portanto, os fundadores do PAIGC não poderiam escapar dessa experiência enquanto líderes do movimento de libertação. Assim sendo, a perseguição constitui mais uma experiência partilhada pelos fundadores.

Convém realçar que essas prisões eram arbitrárias e, em sua grande maioria, não chegavam ao julgamento de crimes pelas quais as vítimas eram presas. No caso dos fundadores:

(...) Fernando Fortes, foi o único a ser acusado, julgado e inculcado de levar a cabo atividades contra integridade do Estado Português. Foi condenado a uma pena de prisão, sendo que ficou encarcerado entre 5 a 7 anos. Em seguida, beneficiou da liberdade condicional, mas foi sempre estritamente controlado pela PIDE, como soubemos pela sua esposa. (ibidem, p. 80)

A tabela que se segue, sintetiza a experiência dos fundadores diante da perseguição do regime. Os três primeiros nomes são daqueles que conseguiram escapar da prisão por se encontrarem fora do país no momento que prisão foi decretada, a tabela mostra a data, o lugar onde se encontravam e o lugar para onde fugiram; os três últimos nomes são daqueles que não conseguiram fugir por estarem no país no momento da prisão, mostra as datas da primeira e da segunda prisão, com a exceção de Júlio Almeida que teve só uma prisão.

Tabela 2- fugas e prisões dos fundadores.

Nomes	Data da fuga	Local da fuga	Local da chegada	Primeira prisão	Segunda prisão
Cabral, Amílcar	Dezembro de 1959	Lisboa	Paris		
Cabral, Luís	Abril de 1960	Bissau	Dakar		

Pereira, Aristides	Setembro de 1960	Bissau	Paris		
Turpin, Elisée				De abril a setembro 1960	De abril a julho 1961
Fortes, Hernandes				De 7 de fevereiro de 1961 a 27 de abril de 1963	De 23 de março de 1966 a agosto de 1969
Almeida, Júlio				De 29 de julho a 3 de dezembro de 1968	

Fonte: Coutinho, 2017 (elaborado pelo autor)

Assim se pode resumir a trajetória de vida dos fundadores dentro do continente, a partir de experiências compartilhadas, visto que, naturalmente, existem experiências que são particulares que não nos interessa neste trabalho. De agora em diante, será mostrada a experiência vivida na diáspora (Portugal especificamente) que, igualmente ajuda a entender a tomada de consciência nacional da luta contra o regime colonial. Em outras palavras,

As experiências vividas em Portugal foram importantes para os futuros movimentos de libertação por várias razões, de entre as quais algumas foram anunciadas pelos próprios protagonistas. Assim, é um facto das suas vidas contribuiu fortemente para sua formação política e para tomada da consciência da sua africanidade e dos problemas vividos pelas populações africanas. Mas também contribuiu para uma tomada de consciência da situação política dos habitantes das colónias do império em geral incluindo os asiáticos, e da situação vivida pela própria população portuguesa. (COUTINHO, 2017, p. 73)

Pelo fato dos demais fundadores do PAIGC não tiveram uma vivência diaspórica de estudo ou de residência que possa lhes oferecer algo para suas formações políticas e

revolucionárias, (com a exceção de Júlio Almeida¹⁰) a abordagem que se segue será centralizada na figura de Amílcar Lopes Cabral, o líder máximo e ideólogo do partido que estudou e teve uma vivência de muito aprendizado na diáspora.

2.2 Amílcar Lopes Cabral

Considerado segundo maior líder da história¹¹, pela BBC World Histories Magazine, superando nomes como Winston Churchill, Mansa Musa, Joana D'Arc, Wu Zetian, etc. Ele é pouco conhecido no mundo acadêmico e político. (e o Brasil não é exceção nesse assunto), quando comparado a outros líderes mundiais, mesmo sendo um dos maiores já visto, de acordo com o já mencionado jornal. A título de exemplo, ele é muito menos falado e tatuado (em homenagem e admiração) que Ernesto Guevara de la Serna (vulgo Che Guevara) mesmo sendo tão revolucionário quanto. Por esta razão, reserva-se um pequeno espaço neste trabalho para falar um pouco sobre ele.

A começar pela posição de destaque que ocupou na pesquisa da BBC. Vale explicar o procedimento adotado pelo jornal que lhe colocou na segunda posição, mesmo não sendo, necessariamente, uma pesquisa capaz de pôr fim ao debate sobre a grandeza desses líderes, serve para demonstrar, em certa medida, a importância e a influência de cada um/uma deles/delas na história.

No início do ano 2020, a BBC “pediu a historiadores como Rana Mitter, Hakim Adi, Margaret MacMillan e Gus Casely-Hayford que indicassem seu "maior líder" - alguém que exerceu poder e teve um impacto positivo na humanidade”. (BBC, 2020, P. n.p.). Ao indicarem esses nomes, o jornal submeteu-os a votação popular do seu leitor, onde obtiveram um total de mais de cinco mil (5.000) votos.

A votação deu seguintes resultados: Maharaja Ranjit Singh, indicada pelo historiador Matthew Lockwood que a descreveu como uma força de modernização e união, cujo reinado “marcou uma idade de ouro para Punjab e noroeste da Índia”, obteve mais de 38 por cento (38%) de votos, ocupando assim a primeira posição. E na segunda posição aparece com 25 por cento (25%) de votos, o líder e fundador do PAIGC, Amílcar Lopes Cabral, indicado por

¹⁰ Júlio Almeida, apesar de não ter frequentado a Universidade, viveu em Lisboa durante o mesmo período e também participou em algumas dessas atividades, se bem que não saibamos em que medida. (COUTINHO, 2017, p. 68)

¹¹ Disponível em: <https://www.historyextra.com/magazine/who-greatest-leader-world-history/>. Acesso em: 09 de fev. 2022.

Hakim Adi¹². Em terceira posição vem o primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, indicado por Andrew Roberts obtendo 7 por cento (7%) de votos.

Adi oferece algumas explicações que possam ajudar a entender, na visão dele, a expressiva votação dos africanos na figura de Amílcar Cabral, vejamos:

Os leitores da enquete tiveram, sem dúvida, motivos diversos para votar em Amílcar Cabral. Eles podem ter pensado que era importante votar em um africano e não havia líderes africanos suficientes para os leitores escolherem. Embora a África seja o segundo maior continente do mundo com a história humana mais antiga, os líderes selecionados pelos historiadores eram predominantemente europeus. No entanto, mesmo os países africanos de pequena população como Guiné-Bissau e Cabo Verde, podem fazer avanços históricos e produzir grandes líderes. A grandeza não é exclusividade de nenhum país ou continente. Cabral representava muitos daquelas características importantes mais procuradas em um grande líder. Ele era um homem do povo, alguém que compartilhava suas preocupações e que confiava em sua capacidade de ser agentes de mudança e de fazer história. Ele reconheceu que os problemas enfrentados pela Guiné portuguesa e Cabo Verde, o sofrimento causado como resultado do opressivo domínio colonial de Portugal, tinham que ser resolvidos. Além disso, ele reconhecia que somente o povo poderia resolver esses problemas, que verdadeiramente eles eram seus próprios libertadores. A grande ausência de líderes de seu tipo na África, e em outros continentes, hoje só servem para tornar sua vida e obra ainda mais inspiradoras. Pode-se pensar que a liderança de Cabral nas lutas pela libertação e empoderamento na África foi significativa apenas nas décadas de 1960 e 1970, mas a pesquisa mostrou o contrário. Por um lado, Cabral não só contribuiu para mudanças políticas significativas na África, mas também para o fim do regime ditatorial em Portugal. A sua vida e obra demonstraram que as lutas das pessoas em um continente podem ter um efeito profundo nas vidas e circunstâncias daqueles que estão a milhares de quilômetros de distância. De fato, pode-se dizer que aqueles na África e na Europa estavam engajados em uma luta conjunta bem-sucedida contra um inimigo comum. Hoje, tal vitória continua a ressoar com as pessoas em todo mundo e está de acordo com as suas aspirações de se fortalecerem e se tornarem os tomadores de decisão em sociedade nova e moderna. Em suma, o apoio popular a Cabral está seguramente relacionada com a admiração pela posição que assumiu, pelo facto de ter dado a sua vida não só pela liberdade e avanço da Guiné-Bissau, Cabo Verde e África, mas também pelo progresso de toda humanidade. (ADI in BBC, 2020, n.p.)

Outro fator que possa explicar a expressiva votação dos africanos nele talvez seja o fato dele ser mais conhecido no continente. Como já foi dito anteriormente, ele não é popular como deveria ser mundialmente. Entretanto, dentro do continente, especialmente nos Países

¹² Professor Hakim Adi, BA Hons., PhD (Londres): Professor de História da África e da Diáspora Africana. Fui treinado como historiador da África, mas meus interesses de pesquisa se ampliaram para incluir também a história da diáspora africana. Minhas pesquisas e publicações anteriores se concentraram na história da diáspora africana na Grã-Bretanha, um assunto relativamente novo para estudos acadêmicos e, em particular, na história política dos africanos ocidentais na Grã-Bretanha. Como um dos poucos historiadores especializados na história da África e da diáspora africana, meu trabalho rendeu muitas aparições na mídia, trabalho com museus e arquivos e a publicação de três livros de história para crianças. Disponível em: <https://www.chi.ac.uk/people/hakim-adi/>. Acesso em: 09 de fev. 2023.

Africanos da Língua Oficial Portuguesa, ele é muito popular, já que ele esteve ligado de maneira direta ou indireta à história da independência de todos eles.

Em uma entrevista concedida à agência o Globo, em 1985, publicada pelo portal Geledes em 2009, Paulo Freire falou de Amílcar Cabral e da sua experiência/aprendizado com as obras do mesmo. Vale frisar que Freire passou um tempo de sua vida na Guiné-Bissau quando recebeu um convite do Governo (Ministério da Educação) da Guiné Bissau para, com uma equipe com a qual ele trabalhava, na época em Genebra, dar uma contribuição ao povo Guineense e também Cabo Verdiano no desenvolvimento de seu sistema de educação.

Pela respeitabilidade do Freire no meio acadêmico e, consequentemente a importância de seus estudos e contribuições pela ciência, faz-se necessário trazer algumas de suas falas sobre o líder que foi o Amílcar Cabral na visão dele. Estas falas servem para reforçar a importância de se falar mais sobre ele no meio acadêmico e político internacional, na tentativa de lhe tornar mais popular nesses espaços no mundo inteiro, pela sua importância para política, bem como para ciência.

(...) Daí desses encontros com a obra de Amílcar com a repercussão dessa obra em prática, inclusive com a distância às vezes enorme entre o que Amílcar escreveu e o que Amílcar fez enquanto processo de libertação (sic), ou seja, a posta em prática após a mudança, após a libertação. Isso não diminui em nada, para mim, a validade das propostas de Cabral. Nasceu daí precisamente o sonho de fazer um estudo, uma espécie de biografia da práxis. Eu cheguei até a ter o nome do livro que eu quis escrever, que não pude escrever, que se chamaria “*Amílcar Cabral, Pedagogo da Revolução*”, eu estabeleci uma diferença já para esse título entre ser pedagogo da revolução e ser pedagogo revolucionário, me parece que uma ligeira diferença que não diminui em nada o que é apenas pedagogo revolucionário. (FREIRE, 1985, in GELEDES, 2009, n.p.)

O título de “pedagogo da revolução” que ele atribui a Cabral, deve-se ao fato de ele Considerar que este teria encarnado “perfeitamente o sonho de libertação de seu povo e os procedimentos políticos pedagógicos, para realização desse sonho”. Geledes (2009)

Para falar da visão política e militar e daquela que se poderia chamar de uma visão humanista de Cabral, o Freire conta a seguinte história que lhe foi transmitida por um integrante de uma equipe de comandantes:

(...) disse ele que um dia, uma equipe de comandantes, de que ele fazia parte, organizou, fez um projeto armado, no sentido de destruir o principal quartel português e esta ação seria uma perda irreparável para forças colonialistas. Com aquela derrota dos portugueses, vislumbrada no projeto que os comandantes militares faziam, dificilmente o exército colonialista poderia sobreviver. Disse-me o comandante que levaram o projeto a Cabral, e ele examinou, discutiu durante duas horas o projeto e, em certo momento, ele perguntou aos comandantes “*E qual*

é o custo social da posta em prática deste projeto? (sic) “Militarmente eu não tenho dúvida nenhuma que realmente funciona. Mas eu quero saber é a posta em prática, o que vai custar?” E o comandante disse: “Olha, nós liquidaremos as tropas portuguesas, em cem por cento, perdemos cinquenta por cento das nossas.” A resposta de Cabral: “É muito caro para ser posto em prática” (...) Então Amílcar Cabral disse a eles uma coisa que me impressionou. Disse: “Olha, vocês fizeram um plano, um projeto de guerra, de luta, como se tivessem esquecidos de que nós estamos com a história, e a história conosco. Os portugueses é que estão conta a história. “Então não há mal nenhum que a gente retarde o momento último da última pá de terra em cima do colonialismo, por um tempinho mais sem perder tanta gente” E então concluiu dizendo o seguinte: “O que interessa a nós é expulsar os colonialistas, não necessariamente mata-los. Para expulsá-los, precisamos matar alguns e morrer” por isso vocês vejam, que a colocação é ao contrário, inclusive é uma colocação, me parece, profundamente normal, porque eu nunca pude admitir, quando se pensa, por exemplo, que revolucionário é gente truculenta que anda querendo matar. (FREIRE, 1985, in GELEDES, 2009, n.p.)

Além de visionário, exímio orador, estrategista de guerra e pedagogo da revolução (de acordo com Freire), Amílcar Cabral possuía uma visão humanista muito clara e evidente. Em meio a uma guerra desigual, dado que Portugal tinha muito mais recursos, violenta e altamente sangrenta ele conseguia manter o equilíbrio entre o resultado desejado e o preço a ser pago em troca disso e não só colocava na balança a vida dos seus, mas também dos portugueses envolvidos da luta.

Aliás, a luta armada não foi a primeira tentativa dele para lograr a independência dos dois países (Guiné e Cabo Verde) ao fundar o PAIGC em 19 de setembro de 1956, ele tentou negociar a independência nacional por via pacífica até 1963. Após perceber que essa tentativa seria infrutífera, considerando “a violência exercida pelo colonizador, através das sistemáticas perseguições, torturas e prisões” (Sousa, 2011. P. 314) como já mencionado anteriormente, ele optou por uma luta armada, mas sempre ponderando o custo da vida humana.

A postura ponderada dele em relação a violência contra os portugueses é algo muito destacado quando se fala da forma como ele concebia a ideia do colonialismo/imperialismo português. Ele entendia que a luta não era contra os portugueses, portanto, não era de interesse dele o massacre ou assassinatos desses apenas por assassinato ou massacre como revange, era apenas o custo da luta que é contra o regime opressor português que também oprimia os próprios portugueses. Isto é, de acordo com REIS (2003, p.16) “A descoberta da realidade portuguesa depressa lhe ensinou que o povo português era também vítima da situação política criada pelo regime e não rejeitou a sua participação cívica nesta frente de luta. ”

Reforçando a ideia da visão humanista do líder e fundador do PAIGC destacado pelo Freire, Reis estabelece uma relação, que não é muito distante do que fizemos no início deste capítulo, entre a experiência vivida por Cabral e a sua visão humanista. Ele destaca o seguinte:

Da denúncia da fome e da ausência de medidas para combater a seca em Cabo Verde à denúncia dos castigos corporais e de outras formas de violência e de tratamento indignos e desumanos nas outras colônias portuguesas. Particularmente na Guiné-Bissau e em Angola, onde também viveu de forma sempre militante em relação às grandes causas políticas e sociais. Amílcar Cabral é indelevelmente marcado pela matriz cultural cabo-verdiana, mestiça, universalista e profundamente humanista. É esta matriz tecida pela educação paterna, o convívio mais íntimo com as realidades da Guiné e de Cabo Verde, numa primeira fase, e de Portugal e Angola, posteriormente, mas sobretudo as tertúlias da juventude, que vêm a construir o ponto de partida, o alicerce que lhe vem permitir construir a torre do seu observatório da situação da Dignidade Humana e posicionar-se definitivamente ao lado dos “Condenados da terra”, conforme a feliz expressão antilhano Franz Fanon (...). (REIS, 2003, p. 12)

Oficialmente chamado de Amílcar Lopes Cabral, nasceu em 12 de setembro de 1924, na cidade de Bafatá, no território que hoje corresponde a Guiné-Bissau, antiga Guiné Portuguesa:

viajara ainda cedo para Cabo Verde, acompanhando a sua família. No arquipélago, ao largo da costa ocidental de África, o seu percurso escolar é a tal ponto exemplar que o governo português lhe concede uma bolsa de estudos universitários. É essa bolsa que o traz à então capital do Império, mais especificamente ao Instituto Superior de Agronomia (ISA). Nos primeiros anos em Portugal, frequenta a Casa de Estudantes do Império, construída em 1944, com o objetivo de albergar os estudantes oriundos dos territórios coloniais. Envolve-se em alguns movimentos oposicionistas, que procuram derrubar a ditadura salazarista, e acompanha as notícias de acontecimentos que prenunciam um mundo póscolonial, como a independência da Índia (1947) e a Revolução Chinesa (1949). (NEVES, 2017, p. 334)

Vale salientar de que Cabral, figura em evidência, é formado em agronomia, mas a sua atuação nessa área é pífia em comparação ao que ele fez enquanto líder político revolucionário, por esta razão pouco se fala dele como engenheiro agrônomo. No entanto, sua formação em agronomia foi, em alguma medida, decisiva para o seu conhecimento real da situação e da realidade que os guineenses viviam, dado que ele não viveu muito na Guiné quando era mais novo.

Após concluir a licenciatura em agronomia, em 1952, com a monografia centrada na localidade de Cuba, no Alentejo, sul de Portugal, ele assumiu nos anos subsequentes uma função na sua área de formação, regressando à Guiné como diretor de serviços agrícolas e florestais, em 1953. A serviço do governo português, ele chefiou uma equipe responsável

por recenciamento rural da Guiné, este trabalho lhe possibilitou a conhecer melhor a situação do país.

De acordo com Chabal (1983, p. 48) “A oportunidade de percorrer toda Guiné e de falar com os aldeões foi uma experiência crucial para Cabral, que, tendo sido educado em Cabo Verde e Portugal, não possuía, até então, real conhecimento da África”.

2.3 O protonacionalismo como movimento precursor das lutas pelas independências nacionais africanas

É importante deixar claro e de forma contundente que a chegada e a consequente permanência europeia na África nunca foram aceitas de modo pacífico, quase se fala do continente como um todo, sem considerar algumas experiências excepcionais. Isto é, a presença europeia no continente durante os processos de escravização e colonização, não se deve a passividade dos nativos (ausência de resistência), muito pelo contrário, eles enfrentaram essa invasão desde o início e de maneira permanente.

Existe e à nossa disposição uma vasta literatura que fala sobre as mais diversas revoltas/revoluções promovidas pelos africanos desde a chegada dos europeus (pretensiosos “civilizadores”) ao continente. No caso de país em debate, a Guiné-Bissau, ora conhecida como Guiné portuguesa, não foi diferente. De acordo com Santos e Silva (2014) desde os contatos iniciais com os portugueses no século XV, houve sempre resistência por parte dos donos da terra.

No entanto, essas revoltas/revoluções se davam de maneira fragmentadas. Não havia unidade entre eles- os nativos, cada grupo social/povo chamados de etnias lutavam pela libertação do que consideram seu território, seu domínio. A título de exemplo dessas revoltas, temos o caso dos bijagós.

(...) Ainda relativamente á Guiné e ao mesmo período, João Freira, na sua mais recente obra *A colonização portuguesa da Guiné 1880-1960*, na qual dedica, dedica um capítulo às “revoltas nativas e operações militares...”, corrobora péliissier, aliás fonte destacada da sua investigação, assinalando 76 eventos e campanhas de guerra, que faz questão de distinguir entre 13 “grandes” e 63 “pequenos”. Só se concluíram em 1936, com a campanha de Canhabaque, no arquipélago dos bijagós. Apenas 27 anos depois iniciava-se a guerra colonial na Guiné. (CORREIA, 2017, p. 47)

O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde que iniciou a referida “guerra colonial” (luta pela independência) diferentemente das outras revoltas e de outros

partidos existentes anteriormente, conseguiu unificar a luta, apelou pela unidade nacional dos povos/etnias da Guiné em torno da pauta de libertação nacional e, além disso, conseguiu unir a Guiné e o Cabo Verde para enfrentar a colonização portuguesa e conquistar as suas independências.

Entretanto, o PAIGC, sob a liderança do seu ideólogo e líder fundador, Amílcar Lopes Cabral, que conseguiu a façanha de unir todos os guineenses e os dois territórios em torno da pauta de libertação nacional, e que de fato conseguiu a libertação dos dois territórios em 1973 e 1975, teve muitas excepcionalidades/particularidades na sua história, o que lhe possibilitou, em certa medida, a tal realização que outros movimentos não conseguiram.

É sobre essa particularidade na formação de Amílcar Lopes Cabral enquanto nacionalista e líder revolucionário africano, e do PAIGC enquanto instrumento de luta pela libertação que iremos nos debruçar de modo a compreender de onde vieram as especificidades/excepcionalidades deste partido e do seu expoente máximo em comparação às tentativas de emancipação anteriormente promovidas por outros grupos de pessoas que não tiveram o mesmo resultado.

As particularidades do PAIGC começam com o perfil dos fundadores, como já foi mostrado anteriormente. Segundo Gomes (2010) foi fundado por elite crioula da Guiné e de Cabo-Verde. Cardoso (2002) apud Carvalho (2016, p. 45) acrescenta que foi uma “meia dezena de pessoas, na maioria delas cabo-verdianos (as) e descendentes que tiveram a oportunidade, por um lado, de ter um nível acadêmico aceitável e, por outro, de ter uma convivência muito próxima com o colonizador”

Sobre esse naco da população africana que tinha acesso à educação e aos demais bens que se tinha à disposição, grupo esse que o Cabral vai chamar no futuro de pequena burguesia, o Muryantan S. Barbosa, na sua obra, a razão africana, constata o seguinte:

Os primeiros anos do séc xx são marcados por um nacionalismo intelectual ainda de elite na África. Mesmo esse nacionalismo, porém, passará por censuras e repressões durante o período, marcado pela consolidação do colonialismo no continente. Em especial, na década de 1930, quando as autoridades coloniais, temerosas do aumento das revoltas locais, aumentaram a vigilância contra tal elite ilustrada africana. Apesar disso, entre 1900 e 1930, o nacionalismo africano conseguiu subsistir. Cabe citar algumas formações de destaque, como o Congresso Nacional Africano (África do Sul, 1913), a Liga de Juventude da África Ocidental (Serra Leoa, 1935), a Federação da Nigéria (Lagos, 1914) e o Congresso Nacional da África Ocidental Britânica (Londres, 1920). A base de legitimidade de tais organizações era sua postura constitucionalista e crítica dura aos abusos do sistema colonial. (BARBOSA, 2020, p. 28)

O excerto em cima condensa muito bem a nossa ideia de que o grupo que conseguiu fazer diferente, ou seja, nacionalizar suas pautas, são, em sua esmagadora maioria, da elite africana da época, e mesmo assim não deixaram de provar a mão dura do colonialismo no continente.

De acordo Andrade (1997) entende-se por protonacionalismo o período histórico que antecipa as lutas pelas independências de países africanos, é o período que pavimentou o caminho para o surgimento de movimentos independentistas a posteriori. Foi um período marcado por grandes debates sobre o racismo e denúncias de crimes da presença europeia no continente, vale salientar que foi um movimento de fora para dentro, ou seja, começou na diáspora.

Na sua obra “Origens do nacionalismo africano-continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961”. O intelectual e nacionalista africano, Mário Pinto de Andrade (1997) debruça meticulosamente sobre a origem da construção do pensamento nacionalista africano, das colónias portuguesas particularmente.

É esse nacionalismo que em última instância gerou as lutas pelas independências empreendidas pelos movimentos independentistas/revolucionários das décadas de 50 e 60. O autor ainda destacou a importância do jornal “**O Negro**¹³” e a grande contribuição deste na circulação de informações que denunciavam a colonização e exigiam a libertação das colónias e o respeito pela dignidade Humana dos africanos. Deste modo, o jornal desempenhava um papel essencial na missão de despertar a consciência anticolonial dos africanos.

Relativamente a data da fundação do jornal e a do nascimento do próprio protonacionalismo, o autor afirma o seguinte: “Em fase com as aspirações nativistas locais, o ideário protonacionalista elabora-se a partir do lançamento do jornal *O Negro*, em 1911, e falece nos inícios dos anos 30” (ANDRADE, 1997, p. 77). A longevidade do jornal ou do próprio movimento não nos interessa muito, só o trouxemos para situar o período histórico de que estamos falando. O que nos interessa é o conteúdo do jornal.

¹³ O Negro, órgão dos estudantes Negros. Director: J. Cunha Lisboa; redactor principal: Arthur Monteiro; Editor: Ayres Menezes; propriedade da Liga Académica Internacional dos Negros e empresa O Negro. O jornal dispõe de agentes e correspondentes em todas as colónias, América do Norte, na Europa (Inglaterra, Alemanha, França e mesmo na Rússia, em S. Petersburgo). (ANDRADE, 1997, p. 79)

Esse jornal se tornou fundamental não só na veiculação/propagação das ideias anticoloniais, como também contribuía na criação das próprias ideias como se pode perceber na fala do autor que, de algo forma, mostra que as duas coisas se coexistiram e, portanto, se complementavam.

Na sequência, como forma de robustecer a nossa tese inicial que coloca o protonacionalismo como precursor do nacionalismo africano, e de ampliar a compreensão do leitor, no tangente aos discursos dos protonacionalistas veiculados pelo *O Negro*, traremos algumas publicações do referido Jornal.

Cremos ter chegado para todos nós, velhos ou crianças, adultos ou novos, o momento azado para reflectirmos: não queremos continuar a ser enganados, porque estamos fartos de pagar, estamos fartos de tutores, de salvadores e senhores e tudo que aspiramos é aprender a orientar as nossas ideias e a libertarmo-nos de todas as formas de tirania e exploração com que nos têm escravizado, esmagando em nós todas as energias de inteligência e todas as manifestações de vida social. (O Negro apud ANDRADE, 1997, p. 79)

Trata-se da primeira publicação do jornal, e já deixa bem explícita a insatisfação generalizada entre os colonizados, ela perpassava todas as camadas da sociedade negra colonizada, desde as crianças até aos velhos, com o regime colonial que se vivia no continente. Deixa claro desejo de retomada do seu próprio destino, coisa que Cabral vai reivindicar várias vezes durante a luta e, especialmente no seu célebre discurso de novo ano, em janeiro de 1973, a capacidade de tomarmos as nossas decisões de maneira autônoma que nas palavras eternizadas dele aparecia como “*caminhar com nossos próprios pés e guiado pela nossa própria cabeça*”.

É perceptível, por outro lado, que os redatores já denunciavam também a estratégia perversa da escravização/colonização que tentava (o que deu certo em muitos casos) incutir no escravizado o sentimento de inferioridade, e a partir disso controlar as suas ações sem precisar muitas das vezes do uso da força bruta. Esse sentimento de inferioridade infelizmente ainda persiste em muitos africanos, principalmente quando não consegue compreender a razão do atraso do continente dentro do que se considera desenvolvimento.

O subseqüente revolucionário trecho do jornal mostra, com nitidez, que a ideia dos redatores dessas manchetes era enfrentar o abjeto sistema que privilegiava o branco em detrimento do preto, conscientizar a massa e promover a emancipação do povo negro.

O nosso jornal apenas visa um fim: moralizar, cauterizar todas as chagas, bisturizando todos os cancros que impedem o triunfo da nossa raça. Para a honestidade e a dignidade teremos sempre palavras sinceras de simpatia e de

solidariedade. Para a infâmia, para crime e a inquietude, teremos sempre palavras indignadas de justiça implacável. (O Negro apud ANDRADE, 1997,p. 85)

Fica evidente o comprometimento do jornal com a causa negra. Através de uma linguagem metafórica, os redatores deixam claro que a investida do movimento não se resumia apenas à libertação física dos negros, mas o mesmo se pretendia igualmente tratar moral e psicologicamente dos mesmos.

Dita de outra forma, os intelectuais do protonacionalismo estavam preocupados com as questões mais complexas e profundas do colonialismo, como por exemplo a alienação do Homem negro, algo que só a libertação física não resolve. O jornal, por outro lado, reitera a posição firme contra os abusos do regime que maltratava a população negra das colónias portuguesas e não só.

É deste modo que o protonacionalismo vai preparar o caminho, como já avíamos afirmado, para as próximas gerações dos estudantes negros na Europa, principalmente para os estudantes do PALOP (Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa) que posteriormente se mudariam para metrópoles em busca de formação superior, e encontra uma Europa já fertilizada pelo protonacionalismo que reivindicou a liberdade dos negros e igualdade entre as “raças” décadas antes.

Deste modo, percebe-se a grande importância desse movimento na construção do que Andrade (1997) chama de “nacionalismo africano”, que podemos entender como a tomada da consciência dos africanos sobre a necessidade de uma luta pela independência do jugo colonial, e por outrolado, o seu engajamento em incutir na mente dos mesmos a confiança na própria capacidade de tomar suas decisões, assumindo o protagonismo absoluto do destino de suas vidas.

2. 4 Casa de estudantes do império: o lugar de promoção de uma consciência revolucionária

Um outro fator que merece a nossa atenção dentro do propósito de analisar a formação e/ou a socialização das ideias independentistas entre os líderes revolucionários africanos, e Cabral enquanto líder do PAIGC em particular, é a criação da Casa dos Estudantes do Império (CEI), em 1944, que segundo Ferreira (2013) foi pensada e criada como uma

extensão da política imperial do Estado Novo¹⁴

Ainda de acordo com o mesmo autor, Ferreira (2013), a criação da CEI, que na verdade foi uma fusão de várias associações/casas de estudantes já existente, por parte do governo colonial, deve-se ao fato desse achar que a dispersão dos estudantes que chegavam à metrópole oriundos de diversos países, com objetivo de fazer curso superior, dificultava o rastreio e controlo dos mesmos.

A citação que se segue explicitará melhor o contexto da criação dessa casa, bem como o seu verdadeiro propósito:

[...] Assim, no dia 3 de julho de 1944, num encontro das várias casas de estudantes patrocinado pelo Ministério das Colónias, o Ministro Vieira Machado formaliza a proposta de fusão de todas essas associações na Casa dos Estudantes do Império. [...] Segundo o próprio, significava a construção de uma “mentalidade nacional mais profícua”. Nesta reunião estava também presente Marcelo Caetano, na altura Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, que num discurso em janeiro de 1945 viria a afirmar que o governo esperava que a casa contribuísse “para o triunfo do espírito português, trabalhando em prol da formação colonial da juventude”. (FERREIRA, 2013, p. 460)

A verdade é que a Casa dos Estudantes do Império (CEI) como estratégia do governo colonial para colocar na cabeçadesses jovens estudantes, o sentimento de ser ou pertencer de algum modo a Portugal, como forma de conter possíveis revoltas por parte deles, ou de evitar que aderissem às outras revoluções que estavam acontecendo na Europa e na América, exemplo de Negritude e Pan-africanismo que estavam interpelando a colonização dos países africanos e do Caribe já há muito tempo, não funcionou.

Vale destacar a contribuição da diáspora negra na luta contra o sistema racista e consequentemente pela independência dos países africanos e do Caribe. Foi extremamente importante como se pode perceber até o momento. Ela, a diáspora, contribuiu para emancipação do povo negro e do continente, tanto na Europa através do movimento negritude quanto na América através do movimento Pan africanismo. Aliás quem chama a nossa atenção sobre essa participação de maneira mais contundente é N`krumah.

Não esqueçamos jamais que eles são dos nossos [os negros da diáspora]. Estes filhos e filhas da África, arrancados de nossas margens, não esqueceram os laços que os unem à terra dos seus ancestrais [...]. Eles combatiam pela igualdade das

¹⁴ Estado Novo foi o regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, desde a aprovação da constituição de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de abril de 1974. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_\(Portugal\)/](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_(Portugal)) Acesso em: 10/04/2023

nações e raças na África, bem anteriormente a que muitos entre nós tenham sequer tomado consciência do nosso rebaixamento [...]. Agora que nós, africanos, conquistamos a nossa independência, eles deveriam poder encontrar um poderoso amparo para alcançar o pleno reconhecimento dos seus direitos e da sua dignidade como cidadãos de seu país. (NKRUMAH, 1958. Apud HARRIS & ZEGHIDOUR, 2010, p. 850)

Quando se fala em protonacionalismo assim como CEI, está se falando da diáspora negra e/ou africana, visto que esses movimentos aconteceram, em grande medida, no caso do protonacionalismo, na diáspora e CEI integralmente nela. Então não se pode negar a contribuição da diáspora negra nesse processo.

Retomando o assunto da casa dos estudantes do império. De acordo com Castelo (2011, p.1) ela se mostrou rapidamente “um espaço de fermentação de uma consciência anticolonial entre jovens oriundos das colônias a estudar em Lisboa”. Este autor foi muito mais incisivo na sua colocação sobre a contribuição de CEI, ou melhor, a sua não contribuição para os interesses da colônia, mostrando o seu desvio desde os seus primeiros momentos, indo de encontro aos designios que motivou a sua criação.

[...] O regime do Estado Novo esperava que a CEI contribuísse para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da portugalidade entre os estudantes das colônias; ao invés, desde cedo, despertou nos seus membros uma consciência crítica sobre a ditadura e o sistema colonial e uma vontade de descobrir e valorizar as culturas dos povos colonizados. (CASTELO, 2011, p.2)

A frustração do regime em relação ao empreendimento só aumenta com o passar do tempo, porquanto o espaço vai se distanciando cada vez mais dos interesses da colônia e se transformar em verdadeiro lugar de fabricação de ideias e de figuras que serão futuros combatentes da colonização. Espaço onde os textos de Negritude e pan-africanismo se tornarão partes dos debates que os estudantes promoviam como forma de partilha de conhecimentos entre eles, prática não atípica entre os estudantes, principalmente daquela época de recrudescimento de discursos anticolonialistas.

A CEI nos ajuda a compreender de maneira mais fácil o que se tenta explicar sobre a contribuição da diáspora, principalmente na popularização/difusão e socialização de ideias anti-facistas, anti-imperialistas e revolucionárias dos líderes africanos, dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em especial. Porque ela se transformou em lugar onde os estudantes promoviam debates e trocavam leituras com temáticas anticolonialistas, antiracista e de valorização do povo e da cultura negra.

Na passagem dos anos 40 para os anos 50, a CEI (sede e delegação de Coimbra) começa a afirmar-se como um espaço de socialização anti-salazarista, de (re)descoberta das culturas africanas, de afirmação de identidades próprias (diferentes da portuguesa e diferentes entre si), de emergência de uma consciência anticolonial, por onde passam e “se formam” futuros líderes e militantes dos movimentos de libertação, nomeadamente Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos. (CASTELO, 2011, p. 9)

Não são todos os que passaram pela CEI que se tornaram grandes figuras de luta pela independência de seus países, mas, pelo testemunho de alguns, fica evidente que passar por esta casa desempenhou um papel muito importante em suas vidas, no que diz respeito a tomada de consciência da africanidade, quanto na vida desses líderes mais proeminentes na luta de libertação de seus países.

Traremos, na citação que se segue, para comprovar essa importância, testemunhas de algumas pessoas que viveram nesse ambiente e que falaram o quanto essa passagem foi importante para suas transformações enquanto africanos.

Tomás Medeiros, médico e escritor sãotomense, director da Mensagem (1959-1960), afirma: Foi lá que aprendi a ser homem e reconhecer as realidades do meu país; foi onde aprendi a ser solidário; foi lá que aprendi a lutar por um ideal. Jorge Querido, engenheiro cabo-verdiano, activista da CEI de Lisboa, preso no Aljube em 1961, refere-se à CEI como: um dos poucos oásis de democracia e de liberdade que ainda sobreviviam no vasto deserto colonial-fascista; era um corpo vivo, uma autêntica instituição de educação informal que contemplava e orientava a formação de estudantes africanos, inculcando-lhes valores como os de liberdade, de democracia, de tolerância e, sobretudo, a nós africanos, despertava-nos para a nossa própria identidade e ensinava-nos como combater a alienação mental e cultural provocada por séculos de dominação colonial. (CASTELO, 2011, p. 15)

Os dois depoimentos não deixam margens para dúvidas sobre o papel importantíssimo da Casa dos Estudantes do Império na vida dos que por ela passaram. A fala dos dois conflui em reconhecer o caráter educativo e revolucionário desse espaço, ambos saíram de lá, assim como muitos outros, transformados, não mais para servir ao sistema, ~~mas~~ sim para se insurgir contra ele.

Falando sobre o caráter transformador desse lugar, destaco a minha experiência na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, na qual fiz minha licenciatura em ciências sociais. Durante minha passagem por esta instituição, que trabalha com uma linha epistemológica contra hegemônica, que questiona a centralidade do ocidente, percebi um processo similar no que concerne à tomada de consciência da africanidade e negritude de muitos estudantes, incluindo eu.

Ao longo dos anos que passei na UNILAB assisti, em loco, a transformação de um número significativo de estudantes tanto africanos como brasileiros negros, principalmente, no que diz respeito a sua concepção de ser africano ou ser negro, assim como da relação entre a África e Europa, são jovens que adentraram à Universidade com um nível de alienação muito grande, muitos concebiam a escravização e a colonização dos africanos, assim como a atual situação de subdesenvolvimento do continente como sendo provas da falta ou total ausência de inteligência dos mesmos em comparação com os europeus.

No entanto, com o passar do tempo começam-se a dar conta dessa alienação, por um lado graças à política da própria instituição (textos, autores e assuntos que são abordados nas aulas) que tem um viés contra hegemônico. Por outro lado, entendo que essa mudança de visão e consequentemente de postura deve-se ao convívio entre colegas, que partilham diferentes entendimentos de textos e de situações vividas, isso acaba forjando uma nova visão da realidade dos estudantes.

É nesse ambiente de muita politização que o Amílcar Cabral começou o seu contato com o marxismo, contato este que ele vai aprofundar no futuro, por necessidade de dar uma fundamentação teórica e ideológica à luta pela independência que viria a liderar.

De acordo com Dias:

Essa aproximação não ocorre de maneira premeditada, em busca de uma metodologia mais ou menos útil para uma luta de libertação que ele não sabia que ocorreria, muito menos para agradar aliados que ele não poderia prever que teria. De modo geral, Cabral aproxima-se do marxismo para interpretar e transformar o mundo- prioritariamente, a parcela do mundo que ele julgava a mais necessitada da ação transformadora humana, e a que mais o fascinava naquela época: a África. (DIAS, 2020, p. 43)

2.5 O que é Marxismo

Faz-se necessário, ainda que de maneira introdutória, situar o/a leitor/a sobre essa complexa maneira revolucionária de ler e lidar com a realidade social, política e econômica chamada marxismo. O que Lefebvre (2019) chama de concepção de mundo. Entretanto, é válido pontuar que o próprio Marx não descreveu sua teoria social como marxismo, sim a chamou de materialismo histórico (conceito que será retomado mais na frente deste trabalho).

De acordo com Boucher (2015). Na verdade, ao tomar o conhecimento de uma antiga versão da consolidação das suas ideias numa doutrina política, ele famosamente anunciou

que “eu não sou marxista”. As definições que serão expostas aqui, deixarão mais compreensível a posição assumida por Marx em relação ao marxismo.

O Netto (1986) nos oferece um panorama histórico interessante para compreendermos o contexto do surgimento do marxismo. De acordo com ele;

É na primeira metade do século 19, (sic) tendo por palco a Europa Ocidental, que aparecem os pré-requisitos gerais a partir dos quais se articulam as grandes matrizes culturais do mundo contemporâneo. Mais exatamente: entre a preparação ideológica da Revolução Francesa e as sublevações operárias de 1848, emergem os núcleos básicos daquilo que podemos chamar de razão moderna com todas as suas diferenças e contradições. Isso não ocorre casualmente. É nessas décadas que, consolidando um processo social em movimento desde o caso da Idade Média, a sociedade burguesa se instaura com seu perfil decisivamente delineado. Na confluência de profundas alterações na maneira de explorar os recursos naturais e produzir os bens (o que se convencionou denominar Revolução Industrial) com uma radical transformação no controle de sistemas de poder (a revolução burguesa, sob múltiplas formas) surge o mundo burguês. Um mundo absolutamente novo: ele engendra uma cultura inédita e uma arte peculiar; confere ao conhecimento científico da natureza funções outrora desconhecidas relacionando-o restritamente à produção. Sobretudo, nele a economia e a sociedade são organizadas de modo particular, submetidas ambas a uma estratégia global (a da burguesia) e a uma lógica específica (a de valorização do capital). Configura-se assim um novo padrão de vida social, aquele centralizado na civilização urbano-industrial. (NETTO, 1986, p. 11)

O autor continua a contextualização:

No período que estamos considerando, a primeira metade do século 19, (sic) o mundo burguês (então assentado nas bases do capitalismo concorrencial) se ergue com toda a sua força. E, ao plasmar um novo modo de vida, também cria os parâmetros para outras formas de pensamento – justamente as matrizes culturais a que aludimos. E elas surgem ligadas à questão-chave que, naquele momento, se põe no coração mesmo do mundo burguês: a questão da revolução proletária. Com efeito, já a constituição do mundo burguês envolve, em plano histórico-universal, um decisivo confronto de classes. Nos primeiros cinquenta anos do século 19, este enfrentamento vem à luz com clareza meridiana: as insurreições proletárias de 1848 e sua repressão pela burguesia (associada à nobreza que ela viera a derrocar) liquidaram as “ilusões heróicas” da revolução francesa e puseram a nu o caráter opressor da organização social dela derivada. O movimento dos trabalhadores urbanos, embrionário no final do século 18, avançando por diferentes e sucessivas etapas, transita do protesto negativo em face da exploração capitalista para um projeto político positivo de classe: a revolução socialista. A partir daí é possível ao proletariado colocar-se como sujeito histórico-político autônomo. (NETTO, 1986, P.12)

Após uma longa e coerente contextualização de pressupostos que possibilitaram a elaboração da teoria de Marx, hoje conhecido como marxismo, o autor esclarece o seguinte:

O que se pretende enfatizar com essas observações é um fenômeno histórico e de extrema significação: a intercorrência, no fim da primeira metade do século 19, de um específico movimento cultural com um específico componente sociopolítico – a intercorrência da cultura produzida pelos melhores intelectuais do Ocidente (dos iluministas a Smith, Ricardo, Goethe e Hegel) com as demandas socioeconômicas e políticas dos operários euro-ocidentais. Trata-se do decisivo encontro entre o universo da cultura com o universo do trabalho, a cultura como conhecimento e projeção da sociedade, os representantes do trabalho com agentes revolucionários. É desnecessário realçar que esse fenômeno, muito complicado, resultou da concorrência de inúmeras variáveis. O que me interessa sublinhar, antes de tudo, é que nele estão dadas as condições sobre as quais Marx erigirá a sua obra. E, do que se disse, há três consequências que devem ser destacadas. Em primeiro lugar, fica claro que a teoria de Marx se beneficiou diretamente da experiência cultural que a precedeu; neste sentido, Marx é continuador de uma grande tradição cultural. Em segundo lugar, subentende-se que Marx é um (embora o maior) dentre muitos teóricos que, no processo em curso àquela época, passando pelas fileiras do movimento operário, procurou fundir o patrimônio cultural existente com a intervenção política do proletariado. Enfim, patenteia-se que a construção teórica de Marx é um componente de múltiplas formulações que, ao tempo se estruturava no seio do movimento operário – quer dizer: este movimento era (e é) mais abrangente que a sua expressão teórica marxiana (e marxista). (NETTO, 1986, p. 14-15)

Para finalizar, o autor aponta a origem, dita de outra forma, ele mostra de onde Marx tirou algumas de suas ideias fundamentais, nas palavras dele:

(...) Neste processo, a sua reflexão resgata daquele bloco todo um conjunto de procedimentos, temas, idéias e categorias; mas o faz numa operação crítica, tanto mais rigorosa quanto mais definido se torna no seu projeto teórico. A concepção dialética (que recuperou de Hegel), a teoria do valor-trabalho (que recuperou de Smith e Ricardo), a denúncia da miséria da vida sob o capitalismo e o plano de uma nova ordem social (que encontrou nos chamados “socialistas utópicos”), o reconhecimento do papel histórico fundamental das lutas de classes (presentes nos historiadores das revoluções burguesas) – todo esse patrimônio é incorporado por Marx e só recebe um tratamento conclusivo a medida que seu próprio pensamento se clarifica. E esta clarificação vem no curso de confrontos com a realidade social da época, de acesas polêmicas com os socialistas contemporâneos e nela é primordial a colaboração com Engels. (ibidem, P. 24-25)

Assim, o autor resume a história do pensamento marxista desde os seus precursores, contextos e próprias ideias que o Marx viria a incorporar e talvez sistematizar na sua formulação. Sendo assim, é razoável entender o marxismo como sendo compilado de ideias e conceitos que vieram desde o iluminismo, passando pela revolução industrial, que intensificou e expôs como nunca antes o conflito de classes.

Deste modo, de acordo com esse autor, o marxismo é algo maior e além do Marx, as ideias nele (marxismo) contidas são resultado de muitas reflexões (de diversas pessoas em épocas diferentes) e conflitos anteriores a ele. Ele acabou se tornando o maior e mais completo representante dessas ideias que acabaram por levar o seu próprio nome, após a

sistematização das mesmas, promovida por ele e Engels. Acrescentou-se ao nome Marx o sufixo ismo, que lhe confere o status de um sistema de pensamento – uma concepção de mundo complexa, organizada e coerente.

Outro autor que também versou sobre esse assunto - localização no tempo (período histórico) do surgimento do marxismo, é o filósofo marxista francês, Henri Lefebvre. De acordo com ele,

O marxismo apareceu historicamente com relação a uma forma de atividade humana que tornou evidente a luta do homem contra a natureza: as grandes indústrias modernas, com todos os problemas que acarretam. Ele também é formulado tendo em vista uma nova realidade social que resume dentro de si as contradições da sociedade moderna: o proletariado, a classe operária. Desde suas obras de juventude, Marx que constatou que o progresso técnico, o poder exercido sobre a natureza, a libertação do homem com relação à natureza e o enriquecimento geral da sociedade “moderna”, ou seja, capitalista, traziam consigo uma contradição consequente: a servidão, o empobrecimento de uma parte cada vez mais numerosa dessa sociedade – a saber, o proletariado. Ao longo de toda a sua vida, ele empreendeu a análise e o processo dessa situação (sic); demonstrou que tal contradição implicava e envolvia uma sentença de morte contra uma sociedade determinada: a sociedade capitalista. Assim, o marxismo apareceu junto com a sociedade “moderna”, com as grandes indústrias e com proletariado industrial. Apresentou-se como concepção de mundo moderno – suas contradições, seus problemas – trazendo soluções racionais para esses problemas. (LEFEBVRE, 1986, p. 13-14)

Igualmente atrelou o surgimento do marxismo às mudanças sociais promovidas pelo capitalismo que gerou uma transformação profunda nas sociedades europeias da época. Segundo o autor, o marxismo aparece como explicação científica dessas mudanças.

Ele ainda apontou que:

Se aceitarmos a ampla definição de “marxismo” como sendo uma concepção de mundo e como expressão da época moderna com todos os seus problemas, fica claro que o “marxismo” não se reduz à obras de Karl Marx, ou seja, que não deve ser representado simplesmente como o pensamento de “Marx” ou a “filosofia de Marx”. Efetivamente, de acordo com o próprio Marx, a elaboração racional (científica) dos dados da experiência e do pensamento moderno começam bem antes dele: 1) As pesquisas sobre o trabalho como relacionamento ativo e fundamental do homem com a natureza – sobre a divisão do trabalho social (sic), sobre trocas de produtos do trabalho etc. – tiveram início no final do século XVIII, no país que era na época o mais desenvolvido industrialmente (a Inglaterra), por uma série de grandes economistas: Petty, Smith, Ricardo. (...) 6) Finalmente, convém não esquecer que a palavra “marxismo” – que passou a moeda corrente (sic) – contém uma espécie de injustiça; desde seu começo, o “marxismo” resultou de uma verdadeira obra colaborativa dentro da qual se expandiu o gênio propriamente dito de Marx. Porém as contribuições de Friedrich Engels para o marxismo não podem ser deixadas de lado ou lançadas para um segundo plano. Em particular, foi o Engels que chamou atenção de Karl Marx para a importância dos fatos econômicos para a situação do proletariado et. Todos esses elementos, múltiplos e complexos, se encontram no marxismo. (LEFEBVRE, 1986, p. 18-20)

É com a ciência de toda essa complexidade e o longo lastro na história da humanidade dessa forma de ler, compreender e tentar mudar a realidade social chamada de marxismo que vamos analisar o pensamento de Amílcar Cabral e os feitos do PAIGC, partido que fundou e do qual foi líder e ideólogo até a data da sua morte. A forma como foi útil esse pensamento para esse projeto político e teórico, considerando que Cabral também era um teórico da revolução como foi chamado por Paulo Freire.

3. PARTIDO AFRICANO PARA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE-PAIGC: DA FUNDAÇÃO À INDEPENDÊNCIA.

3.1 Contexto global e local

Para compreender o momento histórico local em que se deu a criação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), não se pode ignorar o entendimento do contexto internacional, assim como debroçamos anteriormente sobre como se dava o processo de socialização de conhecimento e principalmente de ideias revolucionárias entre aqueles que se tornariam líderes em seus respectivos países, do Amílcar Lopes Cabral em especial, enfatizando sempre a importância da diáspora nesse processo.

O contexto internacional, neste particular, vai ser, de igual modo, extremamente importante para o surgimento de movimentos ou partidos independentistas no continente africano, como é o caso do PAIGC, que é o nosso objeto de análise.

A citação subsequente traz luz à nossa afirmação sobre a importância do contexto internacional ao mencionar os eventos internacionais que pavimentaram o caminho e tornaram propício o ambiente para o surgimento dos movimentos independentistas africanos.

Ao analisar a tomada da consciência política da elite africana, é inevitável estabelecer a conexão com o término da Segunda Guerra Mundial. Portanto, é no final desta, em 1945, com a derrubada do nazismo e do fascismo na Alemanha e Itália, e o desacordo entre os países vencedores, motivado pela incompatibilidade entre os sistemas comunista e capitalista, que se dá alento à autodeterminação dos povos colonizados. Nesse ensejo, vale destacar a criação de Organização das Nações Unidas (ONU), que postulava o princípio da autodeterminação dos povos, contemplando todos os povos colonizados. [...] Outro contexto que favoreceu a autodeterminação dos povos colonizados em articulação com a criação da ONU, é a Conferência Afroasiática de Bandung¹⁵ em 1955, realizada em Nova Deli na Ásia, que reuniu diferentes correntes para a emancipação, luta contra o colonialismo e o direito a autodeterminação a todos os povos colonizados. É oportuno salientar que nesse período a maioria dos países asiáticos e alguns países africanos já haviam conquistado suas independências, mas, no continente africano, as colônias portuguesas estavam a se organizar em termos de movimentos de libertação nacional (MONTEIRO, 2013, p. 125)

O fim da “II Guerra Mundial”, em 1945, que foi a data da chegada de Amílcar Lopes Cabral em Lisboa, foi um acontecimento muito importante para o mundo europeu que, finalmente, com a derrota do nazismo e do fascismo havia recuperado a esperança de que a Humanidade iria a partir daquele momento viver um período de democracia, liberdade e paz. Foi igualmente nesse ano, no dia 24 de outubro em São Francisco, Estados Unidos que foi assinada a carta da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), na qual se inscreve como inalienável o direito dos povos à autodeterminação e independência.

Sob outra perspectiva, o fim da “II Guerra Mundial” foi importante para os africanos porque durante a guerra perceberam que os brancos não eram melhores nem piores que eles,

¹⁵ **Conferência de Bandung** é o nome com o qual ficou conhecido historicamente o encontro ocorrido nesta cidade indonésia entre 18 e 24 de abril de 1955 e que reuniu os líderes de 29 estados asiáticos e africanos, responsáveis pelos destinos de 1 bilhão e 350 milhões de seres humanos. Patrocinaram esta conferência Indonésia, Índia, Birmânia, Sri Lanka e Paquistão, e tinha como objetivo promover uma cooperação econômica e cultural de perfil afro-asiático, buscando fazer frente ao que na época se percebia como atitude neocolonialista das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, bem como de outras nações influentes que também exerciam o que consideravam imperialismo, ou seja, promoção indiscriminada de seus próprios valores em detrimento dos valores cultivados pelos povos em desenvolvimento. Disponível. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/conferencia-de-bandung/> Acesso em: 11.set.2023.

ou seja, a máscara da pretensa superioridade caiu, o que aumentou o nacionalismo no pós-Guerra. Em relação à essa participação, o Walter Rodney esclarece que:

O segundo momento em que as colônias tiveram que resgatar as metrópolis foi na Segunda Guerra Mundial. Como já observado, os povos africanos foram forçados a fazer enormes sacrifícios e fornecer matérias-primas vitais a um custo baixo para as metrópolis. A importância militar da África também foi decisiva. Não só os africanos lutaram e morreram em vários campos de batalha, como o continente teve uma posição estratégica. Em novembro de 1942, uma terceira frente foi aberta na África (seguindo a frente europeia e asiática)- e tornou possível a vitória final. (RODNEY, 2022, P. 227)

Além de algumas diligências que foram tomadas, principalmente as da assinaturada carta das nações Unidas onde foram tomadas medidas que foram de suma importância para os movimentos de libertação dos países africanos, especialmente os da colônia portuguesa que enfrentavam um regime muito mais severo. Vejamos o que constava em um dos artigos dessa Carta, de acordo com Franco.

[...] Por pressão dos EUA e URSS, o documento, no capítulo 1, Artigo 1, estabeleceu ser do próprio das Nações Unidas “desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal”. Assim ao mesmo tempo em que o tema da autodeterminação ganhava uma forte ênfase, as elites africanas passavam a se empenhar na escolha de estratégias eficazes, estabelecendo ações comuns, negociando também com elites políticas asiáticas, em torno dos mesmos interesses, para impedir que a obtenção da independência se dispersasse em protestos isolados. (FRANCO, 2009, p. 69)

Vale sublinhar ainda que o termino da “II Guerra Mundial” deu início à chamada “guerra fria”, que é um período histórico muito estudado por várias áreas de ciência contemporânea, devido a sua importância estratégica para os rumos que a Humanidade tomaria dependendo de quem avencesse.

Esse período é também muito importante para entendimento da eclosão dos movimentos independentistas, bem como a sustentação das lutas de libertação dos países africanos, principalmente dos países da colonização portuguesa, uma vez que este recusou a cedência da independência por vias pacíficas.

A bipolaridade: Estados Unidos de América (EUA) com a bandeira do capitalismo versus União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com a bandeira do socialismo, foi a marca desse período. Os dois disputavam o domínio do mundo, razão pela qual investiram em vários domínios e países em busca dessa hegemonia. É nesse âmbito que a União Soviética se tornou grande aliado dos países africanos que lutavam pelas suas

independências.

E o fato do socialismo pregado pela URSS parecer mais próxima às realidades das sociedades africanas, bem como o seu histórico de não ter participado na colonização em África e nas Américas. Assim, a luta contra colonização e capitalismo parecia uma bandeira comum entre os africanos e a URSS.

Sobre o que representava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas para outras partes do mundo, Reis Filho afirma o seguinte:

Na África, na Ásia e na América latina a URSS era vista como um contrposto importante, às vezes decisivo, aos intuitos dominadores dos EUA e das ex-metrópoles coloniais. Não poucos governos, muitos provenientes de golpes de Estado, aproximavam-se do Estado Soviético à procura de alianças políticas e diplomáticas, de apoio económico e de auxílio militar. (FILHO, 2003, P. 129)

É de sublinhar, por outro lado, que o ano 1945 foi marcado igualmente por um outro acontecimento muito importante para os países africanos. Trata-se do V Congresso pan-africano, realizado na cidade de Manchester, em 1945, na Inglaterra, onde os líderes pan-africanistas, em tom de ameaça aos imperialistas, exigiram a emancipação imediata dos países africanos, sob pena de recorrerem às vias não pacíficas em busca de tais objetivos. O referido congresso adotou um manifesto apelo aos povos colonizados. Constava o seguinte nesse manifesto:

Estamos firmemente convencidos de que todos os povos têm o direito de se governarem a si próprios. Afirmamos o direito de todos os povos colonizados decidirem por si próprios do seu próprio destino. Todas as colônias devem ser libertadas do controle imperialista estrangeiro, tanto político como económica. Os povos das colônias devem ter o direito de eleger os seus próprios governos, governos livres de qualquer limitação imposta por uma potência estrangeira. Afirmamos aos povos colonizados que devem lutar por todos os meios ao seu alcance para atingir estes objetivos. (FRANCO, 2009, p.70)

Anos depois desses eventos, vários países africanos, especialmente os das colônias francesa e inglesa, conseguiram se tornar “independentes” por vias “pacíficas”, por exemplo, a República do Gana se tornou “independente” da Grã-Bretanha/Inglaterra em 1957. Até década de 1960 surgiram mais de 16 novos Estados africanos exclusivamente das duas colônias. Portugal, sob o regime fascista do Salazar, por sua vez, diante das exigências da Organização das Nações Unidas relativamente ao direito de autodeterminação dos povos,

somada às exigências do pan-africanismo sobre libertação das colônias africanas, permaneceu irredutível na sua decisão de combater toda e qualquer iniciativa que pusesse em causa o seu domínio nos territórios colonizados.

Na tentativa de burlar a pressão internacional, e continuar a colonizar os territórios africano, Portugal decidiu efetuar a revisão constitucional, em 1951, e num jogo semântico “abandonou a designação de *império colonial* e adotou em seu lugar a de *Províncias ultramarinas*¹⁶. Dessa forma, o Estado se apresentou como uma “nação plurinacional” que não possui colônias. (FRANCO, 2009, p.75)

Ainda segundo o mesmo autor, um ano depois dessa lei, a metrópole, Portugal, adotou o estatuto dos indígenas¹⁷ para as províncias de Guiné, Angola e Moçambique. Com esse estatuto, Portugal reforçava o mito do “bom colonizador”, ou seja, tentava emplacar a narrativa de que, havia uma convivência harmônica entre o colonizador e o colonizado, a ponto de, se o colonizado assimilar as culturas do colonizador, passaria a ser tratado como um civilizado. No entanto, a experiência das pessoas assimiladas depõe contra essa farsa.

Após seus anos de estudo em Lisboa, e algumas tentativas de emprego frustrados, finalmente, em 21 de setembro de 1951, Cabral decidiu voltar à Guiné, sua terra natal. Na condição engenheiro agrônomo (vale mencionar que não voltou como um líder político revolucionário), ele voltou para trabalhar na administração colonial como engenheiro, na granja de Pessubé. Segundo Monteiro (2013) foi no exercício dessa função que ele estabeleceu laços com o país (e o possibilitou a o conhecer mais profundamente) dando início à sua vida política na clandestinidade.

Ele tinha a consciência da importância de ter um profundo conhecimento da realidade de onde se pretende desencadear a luta. Nas palavras dele,

¹⁶ **Província ultramarina** é uma divisão administrativa criada pelo Estado novo português e atribuído por este às colônias portuguesas, nomeadamente, Angola, Guiné, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Estado da Índia, Macau e Timor. A primeira colónia atribuída esta designação foi o Estado da Índia, em 1946, como forma política de evitar que Portugal nos fóruns internacionais fosse considerado uma potência colonial. As outras colónias portuguesas passaram a ter esta designação no ano de 1951, abolindo assim o conceito de Império Colonial Português. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Prov%C3%ADncia_ultramarina. Acesso em: 14/09/2023

¹⁷ **Estatuto de indígenas**, trata-se de um conjunto de medidas que o governo colonial tomou para com os nativos, ele previa que para o nativo deixasse de ser indígena e passar a ser assimilada, e assim usufruir de que lhes eram vedados enquanto indígenas, precisava saber ler e escrever, vestirem e professarem a mesma religião que os portugueses e manterem padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_do_ind%C3%ADgena/ Acesso em: 14/09/2023

Uma coisa muito importante numa luta de libertação nacional é que aqueles que dirigem a luta nunca devem confundir aquilo que têm na cabeça com a realidade. Pelo contrário, quem dirige uma luta de libertação nacional deve ter muitas coisas na cabeça, cada dia mais, tanto a partir da própria realidade da sua terra, como da realidade doutras terras, mas ele deve medir, fazer planos, respeitando a realidade e não aquilo que tem na cabeça. Isso é muito importante, e o facto de não o respeitar tem criado muitos problemas na luta de libertação dos povos, principalmente em África. (CABRAL, [s. n], P. 24)

A título de exemplo, ele fala que no início da luta, pensavam que se mobilizassem os trabalhadores de Bissau, de Bolama e Bafatá (que à época são grandes centros urbanos) para fazerem greves, para protestarem nas ruas, para reclamarem na administração, os tuguas mudariam, lhes dariam a independência. No entanto, isso se revelou um equívoco quando perceberam, em primeiro lugar, que na realidade da terra deles, os trabalhadores não têm tanta força como noutras terras. E em segundo lugar, que não é uma força tão grande do ponto de vista económico, porque, neste momento, na nossa terra é fundamentalmente no campo que residia a grande força económica.

Mas de acordo com ele, era quase impossível fazer greves no campo dadas as condições de situação política do povo, da sua consciência política, e até dos seus interesses imediatos. Era impossível fazer o povo parar de cultivar aquelas coisas que os colonialistas estavam a explorar. Além do facto de que os colonialistas não tinham menor respeito pela dignidade humana do povo, por isso respondiam às greves e manifestações com violência e morte. Por esta razão, ele alega que tiveram que mudar a estratégia, considerando a realidade.

3.2 A fundação do PAIGC

Cabral identificou os efeitos do fim da “II Guerra Mundial” dentro do continente, a partir do momento em que ele percebeu que além do ambiente internacional pró-liberdade que veio na decorrência desse fim da Guerra, assim como da assinatura da Carta das Nações Unidas, havia uma esperança dentro do continente gerada por esses eventos e isso teve papel fundamental na organização para as lutas.

Um momento importante na nossa luta, ou seja, da situação do nosso país antes da luta armada, foi o fim da segunda guerra mundial. Este fator exterior trouxe uma corrente de esperança ao mundo e a nossa pequena burguesia não ficou indiferente a essa corrente de esperança. Nessa mesma altura foram para Portugal jovens das diferentes colónias portuguesas e tomaram a consciência da necessidade de se unirem perante o opressor. Esses jovens encontraram os meios necessários para se dedicarem, em conjunto, ao estudo dos seus países e começaram a pensar numa mesma via para servir seu povo. Foi um momento de grande importância que caracteriza a luta contra o colonialismo português, isto é, a luta de cada um dos povos contra o colonialismo português. [...] um outro fator importante foi essas

peessoas terem trabalhado em conjunto e terem sido capazes de regressarem aos países depois de terem terminado os seus estudos. E nos próprios países colonizados, falo principalmente no meu país, havia um grupo de jovens que começaram a ter consciência de uma necessidade de mudança. Antes de darmos início à luta armada, decidimos criar organizações africanas. Em 1954 começamos por criar organizações recreativas á que era impossível nessa altura dar-lhe um carácter político. (CABRAL apud AFRONTAMENTO, 1974, p. 161)

O retorno dos jovens membros da pequena burguesia ou elite guineense (do qual o próprio Cabral fazia parte) para o país após a formação na metrópole, constitui um momento muito importante para arquitetura do projeto de luta, não é por acaso que os próprios fundadores do partido que lograria a independência anos mais tarde são exatamente esses jovens. Na segunda parte de citação, percebe-se que Cabral enfatiza a importância da capacidade desses jovens de trabalharem em conjunto após o retorno e, com os que estavam dentro do país, Guiné Bissau neste caso.

Isto é, os jovens que retornaram da diáspora trabalharam em conjunto entre eles e com os que não saíram do país, que no entanto, já possuíam a consciência anti-imperialista. Nesse momento em que o regime havia se endurecido bastante com relação às manifestações, por medo do vento da liberdade que se sentia no continente, assim sendo, começou a reagir com violência às manifestações de modo a desencorajar qualquer iniciativa que pudesse provocar revolta popular contra o regime.

Dentre várias formas de opressão, de acordo com Afrontamento (1974) se destacavam interdição de qualquer possibilidade de manifestação política, nem as reuniões, os debates, a organização política, muito menos os partidos políticos; nenhum direito sindical. Era um estado de proibição total, acompanhado de severas repressões em caso de descoberta de alguma organização que opera na clandestinidade. Essa tomada de consciência encharcada de um certo entusiasmo pela liberdade que outras colônias já tinham alcançado deu mais coragem para avançar com mais pautas até chegar na luta armada.

Neste momento de muita apreensão da parte do regime, organizar politicamente não era fácil, razão pela qual, para se articularem em torno de pautas revolucionárias, esses jovens precisavam ser criativos e astutos com o regime, ou seja, esses jovens tinham que burlar a legislação colonial com a criação de organizações de carácter recreativas, que na verdade eram de cunho político e revolucionário. Essas organizações desempenharam um papel muito importante no processo da tomada de consciência da grande massa da população no que concerne as opressões do regime, e a necessidade de uma mobilização coletiva contra o mesmo.

É nesse contexto de proibição e repressão generalizada, de absoluto descaso com a população local, enquanto o mundo celebrava e protestava mais liberdades; os países africanos de colônias francesa e britânica conseguindo suas “independência” que um grupo de africanos decidiu entrar em ação,, através da criação de um partido que enfrentaria todo o caos que colonização gerava à população.

Segundo a versão consolidada, a 19 de setembro de 1956, domingo à tarde, intervindo num círculo de amigos convidados para o efeito, Amílcar Cabral propôs a constituição de um partido político para alcançar a independência da Guiné e Cabo Verde e defender a união entre os povos guineense e caboverdiano, numa perspectiva geral de unidade africana. Seria o Partido Africano para Independência (PAI). A reunião durou cerca de uma hora, foram poucos os presentes (a maioria de origem caboverdiana) e não há qualquer documento comprovativo. Elisée Turpin afirma que teriam sido “aprovados os estatutos do PAI, elaborados por Amílcar”, mas o testemunho de Turpin, habitualmente indicado como um dos seis fundadores, está posto em causa. (SILVA, 2006,p. 9)

A ausência de documento coprobatório da reunião é explicada pelo que já foi referido anteriormente- clima de total proibição de qualquer organização de cunho político, produzir um documento para registrar essa reunião configuraria em produzir provas contra si, dado que, no momento da realização dessa reunião e a consequente fundação do Partido Africano para Independência (PAI), era considerado crime esse tipo de iniciativa pelo regime colonial.

A bem da verdade, é importante esclarecer que a presença de Cabral no ato da fundação/criação do PAI na referida reunião, não é unanimidade entre os pesquisadores desse assunto, embora a grande maioria afirma confirma sua presença no ato. Por exemplo, Santos e Silva (2014) na obra “Da Guiné portuguesa à Guiné-Bissau: Um Roteiro”, questionaram seriamente a presença dele no ato da fundação, afirmando que este teria estado em Portugal nessa data.

3.3 PAIGC em busca da independência da guiné e cabo verde e o uso do Marxismo

Após a sua fundação, os primeiros passos do PAI que se tornou PAIGC em 1960; de acordo com Silva (2006), essa mudança se justificava por um lado para reafirmar a posição de unidade da Guiné e Cabo Verde, por outro lado, para se demarcar do PAI senegalês, isto é, para não ser confundido com outro partido com a mesma sigla que atuava no senegal, país vizinho que faz fronteira com a Guiné-Bissau, foram dados na clandestinidade para não atrair a atenção das autoridades, que reprimiam com brutalidade toda e qualquer ação que visasse emancipação do povo da Guiné e do Cabo Verde.

Durante os primeiros anos o partido tentou negociar a independência por via pacífica, investindo mais na mobilização da massa, utilizando-se de recursos como de organizações de caráter apolítica (tipo organização de futebol) para tentar trazer mais pessoas para o partido, assim atuou por 3 anos até que em 1959, mais uma vez o regime provou a sua brutalidade “Naquele que ficou conhecido como o Massacre de Pindjiguiti”.¹⁸(SILVA, 2016, p. 58). A partir desse ocorrido o PAIGC mudou a sua forma de atuar, começou a partir para via armada.

É evidente que, para que o partido conseguisse promover e manter a sua luta pela independência dos dois países, precisava dar uma sustentação teórica e ideológica à sua luta, pois nenhuma luta ou revolução consegue se sustentar sem ter uma ideologia que a move, Cabral tinha ciência disso. De acordo com Lopes (2017, P. 3) “Cabral dava maior importância à ideologia afirmando que se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém praticou vitoriosamente uma revolução sem teoria”.

Por esta razão, ele fez questão de trabalhar o lado teórico-ideológico do partido, tanto quanto a dimensão político e militar aproximando-se do marxismo e tentando conhecê-lo mais profundamente para saber de que modo poderia tirar proveito do mesmo para os seus objetivos e a própria estruturação da luta. Seria então o marxismo ortodoxo a ideologia do PAIGC?

Pelo que constatamos durante a pesquisa, nas literaturas que tivemos acesso, algumas estarão expostas na referência bibliográfica dessa dissertação, é insustentável afirmar que o marxismo ortodoxo foi de fato a ideologia que moveu o PAIGC, uma vez que este último atuou em um contexto totalmente diferente do lugar onde foi pensado o marxismo e tinha no seu bojo uma luta não só de classe, mas antes de tudo, uma luta racial, fenômeno que o marxismo ortodoxo não abarca.

Frantz Omar Fanon, o psicanalista, filósofo político e revolucionário martinicano, na

¹⁸ **Massacre de Pindjiguiti** foi um triste episódio da história da Guiné-Bissau, perpetrado pelas autoridades coloniais. A 3 de Agosto de 1959, os trabalhadores do porto de Pindjiguiti, em Bissau, organizaram uma greve reivindicando um aumento de salários. Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas, particularmente aqueles que trabalhavam para a Casa Gouveia, um monopólio comercial intermediário do grupo CUF (Companhia União Fabril), foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/3-de-agosto-de-1959-massacre-de-pindjiguiti-bissau/63784/> Acesso em: 29/ set/2023

sua obra, “os condenados da terra”, chama atenção quanto ao uso de conceitos marxistas para fazer a leitura do contexto colonial africano, segundo ele, nesse contexto, no que tange a possibilidade de ser rica, “a causa é a consequência: a pessoa é rica porque é branca, é branca porque é rica”. Isto é, no período colonial, na visão dele, o que divide o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer a tal raça, uma divisão do mundo não prevista pelo marxismo. “É por isso que as análises marxistas devem ser sempre ligeiramente flexibilizadas a cada vez que se aborda problema colonial”. (FANON, 1961, p. 36)

Em um outro momento do livro, quando chama atenção dos países subdesenvolvidos com relação a maneira como devem lidar com seus próprios desafios, ele exorta que a saída não é simplesmente escolher entre socialismo e capitalismo que foram elaborados por homens de continentes e épocas diferentes, que é necessário revelar valores próprios métodos e um estilo que nos sejam específicos. Na sequência, na mesma linha de chamada de atenção, ele afirma o seguinte:

Sabemos, é claro, que o regime capitalista não nos permite, enquanto modo de vida, realizar nossa tarefa nacional e universal. A exploração capitalista, os trutes e os monopólios são os inimigos de países subdesenvolvidos. Em compensação a escolha de um regime socialista, de um regime completamente voltado para o counto do povo, fundado no princípio de que o homem é o bem mais precioso, nos permitirá ir mais depressa, mais harmoniosamente, tornando de fato impossível essa caricatura de sociedade em que alguns detêm o conjunto dos poderes econômicos e políticos em detrimento de totalidade nacional. Mas para que esse regime possa funcionar corretamente, para que possamos a todo instante respeitar os princípios em que nos inspiramos, precisamos de algo além do investimento humano. (FANON, 1961, P.94)

No entanto, o que se constata é que o PAIGC se apropriou e adaptou à sua realidade alguns elementos dessa ideologia, para articular a sua luta contra o imperialismo e se organizar nos primeiros momentos da pós-independência. Portanto, da mesma forma que é insustentável afirmar que o PAIGC foi marxista no sentido ortodoxo, é igualmente impossível negar a influência dessa ideologia nesse partido, basta ver os discursos de Cabral, líder fundador e ideólogo do mesmo. Numa das suas intervenções internacionais, chegou a explicar a relação do PAIGC com marxismo.

Nós acreditamos que uma luta como a nossa é impossível sem ideologia. (...) Partir das realidades do nosso próprio país para criação de uma ideologia para a luta não implica que se pretende ser um Marx ou um Lênine ou qualquer outro grande ideólogo, mas é simplesmente uma parte necessária da luta. Confesso que não conhecíamos suficientemente bem esses teóricos quando começamos. Nós não os

conhecíamos nem metade do que os conhecemos agora! Nós tivemos a necessidade de conhece-los, como disse, a fim de julgarmos em que medida podíamos aproveitar a sua experiência para ajudar a nossa situação, mas não necessariamente para aplicar ideologia cegamente, só porque ela é uma ideologia muito boa. Este é o nosso ponto de vista. Mas a ideologia é importante na Guiné. (...) Não queremos que o nosso povo seja mais explorado. O nosso desejo de desenvolver o nosso país com justiça social e com poder nas mãos do povo é a nossa base ideológica. Nunca mais queremos ver um grupo ou uma classe de pessoas explorar ou dominar o trabalho do nosso povo. Esta é a nossa base. Se se quiser chamar a isso marxismo, chame-se marxismo. (CABRAL, 1972 apud LOPES, 2017, p. 4)

O PAIGC assim como vários outros movimentos de luta pela independência dos países africanos, foi, até certo ponto, um partido de inspiração marxista, até porque o contexto da “Guerra Fria” contribuiu para que esses movimentos assumissem essa posição, visto que, encontraram mais apoios de países com esse viés ideológico do que dos países capitalistas. Por outro lado, as premissas dessa ideologia eram mais confluentes com as aspirações desses movimentos. O que Cabral explicou nessa colocação, é o fato de que o marxismo pensado por Karl Marx e Friedrich Engels e, posteriormente por Vladimir Ilyich Ulianov, mais conhecido pelo pseudônimo de Lenin, e por tantos outros, não deve ser transplantado para contexto guineense, antes precisa ser adaptado a ele.

A não transplante dessa ideologia para realidade guineense e caboverdiana se justifica pelo fato dele ser gerado num contexto diferente, como já mencionamos. Realidade onde o racismo não permeava as relações humanas, a relação de dominação que se dava entre as pessoas não era em função da “raça”, ou seja, a desigualdade na sociedade de Marx e Engels não se dava como consequência do racismo, sim da relação de modo de produção, o capitalismo: onde a luta era entre a burguesia e proletariado. Enquanto que no contexto guineense o que se verificava era uma relação racial, onde o europeu branco suposto civilizador dominava e explorava o indígena “incivilizado” africano/o preto/o. Por esta razão seria sem efeito sua transplantação, dado que não conseguiria entender essa variável, a raça.

Vale elucidar, sob outra perspectiva que, a simpatia desses movimentos em vários lugares do mundo e em África, em particular, inclusive o PAIGC por esse viés ideológico pode ter sido condicionada por outros fatores, como a sua proximidade com as realidades tradicionais africanas, considerando que essas sociedades eram eminentemente comunitárias, isto é, a coletividade vem em primeiro lugar, uma lógica que o marxismo endossa.

A citação subseqüente explicita melhor essa coletividade:

O relativo isolamento, o atraso tecnológico e uma tradição não codificada (oral) das populações africanas teriam formado uma vida social voltada para o coletivismo, a gerontocracia e a solidariedade. Historicamente, estas seriam, portanto, as marcas essenciais da “personalidade africana”, que possuiria tanto tendências positivas (anti-individualismo, fraternidade), quanto negativas (tendencialmente autoritárias). (SAPEDE, BARBOSA & BOTELHO, 2016, p.133)

Ao analisar a história do PAIGC verifica-se que vários elementos ou conceitos de marxismo se fizeram presentes na sua análise do contexto colonial, e serviram de instrumentos analíticos para melhor compreensão da situação em que o imperialismo (como Cabral gostava de chamar) português havia colocado a população guineense. Ou seja, Cabral se utilizou de alguns conceitos marxistas como a luta de classes, materialismo histórico, burguesia, etc. Ora utilizando-os fielmente como foi utilizado por Marx e Engels, ora de modo totalmente adaptado.

Por exemplo, o conceito de burguesia; em Karl Marx essa camada da sociedade jamais faria parte da revolução proletária (dado que ela é a camada dominante), sim o proletariado. Já no pensamento de Cabral, para o contexto guineense era a pequena burguesia (uma vez que não existia uma burguesia nativa) que tinha maior responsabilidade com a efetivação da luta (tinha a responsabilidade de dirigi-la), por ser a única camada endógena da sociedade que dominava o aparato burocrático estatal que o país herdaria do colonizador.

Ele colocou nos ombros dessa camada a responsabilidade de liderar a luta mesmo sendo a camada da sociedade que mais beneficiava do regime colonial (isto é, entre os nativos), o que parece contraditório, visto que teria que lutar para um aparente fim de, ainda que pouco, mas real “privilégio de que gozava em relação às outras camadas da sociedade endógena. Por esta razão Cabral falava em suicídio de classe.

Em 1966, Amílcar Lopes Cabral, na condição de líder do PAIGC, externou a ideia de suicídio de classe num discurso que fez na conferência tricontinental dos povos da África, Ásia e América Latina, na ocasião de comemoração de sétimo aniversário da revolução cubana que ocorreu em 1959. Esse discurso virou um texto seminal para o pensamento revolucionário. Ao falar sobre a pequena burguesia, afirmou o seguinte:

Evidentemente, tanto a eficácia dessa via como a estabilidade da situação a que ela conduz, depois da libertação, depende não só das características da organização da luta, mas também da consciência política e moral daqueles que, por razões históricas, estão em condição de ser os herdeiros imediatos do Estado colonial ou neocolonial. Ora os factos têm demonstrado que a única camada social capaz, tanto de concienzializar em primeiro lugar a realidade da dominação imperialista, como de manipular o aparelho do Estado, herdado dessa dominação, é a pequena-

burguesia nativa. Se tivermos em conta as características aleatórias, a complexidade e as tendências naturais inerentes à situação económica dessa camada social ou classe, vemos que esta fatalidade específica da nossa situação é mais uma das fraquezas do movimento de libertação nacional. A situação colonial, que não consente o desenvolvimento duma pseudo-burguesia nativa e na qual as massas populares não atingem, em geral, o necessário grau de consciência política antes do desencadeamento do fenómeno da libertação nacional, dá à pequena burguesia a oportunidade histórica de dirigir a luta contra dominação estrangeira, em virtude de ser, pela sua condição objetiva e subjetiva (nível de vida superior ao das massas, contato mais frequente com os agentes do colonialismo, portanto, maior frequência de humilhações, maior grau de instrução e de cultura política, etc.), a camada que mais cedo realiza a consciência da necessidade de se desembaraçar da dominação estrangeira. Assume essa responsabilidade histórica o sector da pequena burguesia a que, no contexto colonial, se poderia chamar de revolucionária, enquanto os outros sectores permanecem na hesitação característica dessa classe ou se aliam ao colonialista, para defender, embora ilusoriamente, a sua situação social. (CABRAL, [s.d], P.197)

Entretanto, Cabral chama atenção dessa camada para o período pós luta, quando será necessário construir uma sociedade diferente daquela (a colonial) que forjou o surgimento da própria pequena burguesia, ele exortou essa camada sobre a responsabilidade que teria na próxima fase da revolução, onde precisaria tomar uma decisão crucial para a realização do objetivo final da luta -que era de construir uma sociedade onde não existiria a exploração do homem pelo homem, como apregoava- ou condenar todo o sacrifício anterior ao fracasso, caso decidisse manter os privilégios. Nas palavras dele:

Para manter o poder que a libertação nacional põe nas suas mãos, a pequena burguesia só tem um caminho: deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento duma burguesia burocrático e de intermediários do ciclo das mercadorias, transformar-se em pseudo-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se necessariamente ao capital imperialista. Ora isso corresponde à situação neocolonial, quer dizer, à traição dos objetivos da libertação nacional. Para não trair esses objetivos, a pequena burguesia só tem um caminho: reforçar a sua consciência revolucionária, repudiar as tentações de emburguesamento e as solicitações, naturais da sua mentalidade de classe, identificar-se com as classes trabalhadoras, não se opôr ao desenvolvimento normal do processo da revolução. Isso significa que, para desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de suicidar-se como classe para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertence. Essa alternativa - trair a revolução ou suicidar-se como classe – constitui o dilema da pequena burguesia no quadro geral da luta de libertação nacional. A sua solução positiva, em favor da revolução, depende daquilo a que, ainda recentemente, Fidel Castro chamou, com propriedade, desenvolvimento da consciência revolucionária. (CABRAL, [s.d.], P. 200)

No caso guineense, a pequena burguesia, grupo do qual o próprio Cabral fazia parte, é formada por cidadãos que são, em sua grande maioria, para não dizer em sua totalidade,

urbanos e mestiços. A população de zona rural não gozava desse status em sua quase totalidade; convém destacar que o próprio Cabral, como já foi mencionado anteriormente, fazia parte dessa pequena burguesia que atribui essa missão suicida e foi com essa mentalidade que ele dirigiu o partido e a revolução enquanto esteve à sua frente.

Outro conceito marxista que foi de muita utilidade para o Cabral e conseqüentemente para o PAIGC, foi o de materialismo histórico. De acordo com o cientista político guineense, Peter Karibi Mendy (1993) Cabral utilizou o método marxista de materialismo histórico. No entanto, o autor não fez questão de especificar o momento, nem como ele fez uso desse método. Entretanto, entende-se que ele está se referindo o mesmo momento e feito que outros autores destacam, isto é, o recenseamento que realizou enquanto engenheiro na granja de Bissau.

Por exemplo, para Andrade (1974) citado por Neves (2017) Cabral conseguiu utilizar-se do recenseamento agrícola que realizou enquanto engenheiro de granja de Bissau a serviço da autoridade colonial, para conhecer a realidade social do povo que pretendia libertar, graças ao materialismo histórico e por causa da sua filiação marxista. O que seria então o materialismo histórico ?

Materialismo histórico é um método de Marx segundo o qual, para entender a realidade social, política e económica de um povo é indispensável entender a priori o seu modo de produção de riqueza, pois “o modo de produção de vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” Marx (1992) citado por Sell (2010, p. 50). Para Marx, “o estudo da sociedade tem seu fundamento na economia (vida social do homem) que é elemento que condiciona todo o desenvolvimento da vida social”. Em sua obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Engels (2023, P. 75) assegura que, “se quisermos, pois, descobrir as causas determinantes de qualquer metamorfose ou revolução social, devemos procurá-las não no cérebro humano, não em seu conhecimento superior da verdade e da justiça, mas na metamorfoses do modo de produção e de troca; numa palavra, devemos prcurá-las não na filosofia, mas na economia de época estudada.”

Aqui vale um esclarecimento, feito por Engels, em relação ao uso desse conceito. Nas palavras dele:

De acordo com a concepção materialista de história, o elemeto finalmente dterminante na história é a produção e a produção da vida real. Mas do que isso, nem Marx nem eu jamais afirmamos. Daí, se alguém torce isto dizendo que o elemento económico é o único determinante, ele transforma essa proposição numa expressão sem significado, abstrata e sem sentido. A situação económica é a base,

mas os vários elementos de superestrutura-político, jurídico, filosófico... religioso...-também exercem a sua influência sobre o curso das lutas históricas e em muitos casos preponderam na determinação da sua forma. Há uma interação de todos esses elementos em que, em meio a todo exército interminável de acidentes... o movimento econômico finalmente se afirma como necessário. (ENGELS apud BOUCHER, 2015, p. 106)

O já referido serviço que prestou ao governo português na granja de Bissau, permitiu-lhe conhecer melhor o país e a situação económica, política e consequentemente social do povo, isso seria um uso do conceito de materialismo histórico por ele, na visão desses autores. Entende-se que ele se aproveitou bastante desse conceito para não só entender a origem da miséria do povo e, portanto, começar uma luta de libertação, mas também se aproveitou desse conhecimento para perspectivar o futuro do país, traçar planos e identificar setores estratégicos que serão fundamentais para o desenvolvimento do país quando a independência for alcançada.

Todavia, ao mesmo tempo que se utiliza de alguns conceitos basilares do marxismo clássico, Cabral nega a sustentação de uma das suas principais teses, que é a ideia, apresentada na obra *O manifesto comunista*, de que a luta de classe seria o motor da história, ainda que o próprio tenha utilizado o conceito de luta de classe para ajudar na formação da consciência coletiva da parte dos guineenses para enfrentar o regime colonial opressor português.

Na referida obra, Marx afirma que:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história de luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. (MARX; ENGELS, 2017, p. 7)

Mesmo sabendo que o colonialismo atingia os nativos de maneira diferente (pequena burguesia tinha uma condição diferente dos demais), todavia, todos eram integrantes da classe dominada, enquanto os brancos europeus pertenciam à classe dominante, aí entra o fator raça que o marxismo não cobre, pois os dominados eram pretos e dominadores eram brancos. Cabral colocou a tese de luta de classe como motor da história em confronto com algumas realidades africanas e se viu insustentável. Isto se deve ao fato de as sociedades

africanas serem fortemente agrárias na época.

[...] Será que a história só começa a partir do momento em que se desencadeia o fenômeno classe e, conseqüentemente, a luta de classe? Responder pela afirmativa seria situar fora da história todo o período da vida dos grupos humanos, que vai da descoberta da caça e, posteriormente, da agricultura nômades e sedentária à criação de gado e à apropriação privada da terra. Mas seria também - o que nos recusamos a aceitar - considerar que vários agrupamentos humanos da África, Ásia e América Latina viviam sem história ou fora da história no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo. Seria considerar que populações dos nossos países, como os Balantas da Guiné, os Guanhamas de Angola e os Macondes de Moçambique, vivem ainda hoje, se nos abstrairmos das muitas ligeiras influências do colonialismo a que foram submetidas, fora da história ou não têm história (CABRAL, 1972 apud LOPES, 2017, p. 27).

Durante a luta, o marxismo serviu, para o PAIGC, de instrumento teórico de inspiração (como o próprio Cabral confirmou) para criar a base teórica-ideológica da sua luta, que se trata, na visão de Cabral, de desenvolver o país com justiça social e com poder nas mãos do povo (essa ideia de desenvolver o país com o poder nas mãos do povo é a o que o partido chamava de democracia revolucionária¹⁹).

Por outro lado, Visentini (2013) argumenta que a adesão ao marxismo, por parte de muitas colônias portuguesas na África (vale salientar que todos os movimentos independentistas das colônias portuguesa em África, foram de orientação marxista-socialista assumidamente, com a exceção do PAIGC que nunca assumiu essa posição oficialmente), se deu mais no campo da retórica, para legitimação ou construção de uma forma de governo, sem de fato, promover uma mudança radical na sociedade, dado as dificuldades estruturais.

O PAIGC teve cuidado na sua aproximação com marxismo para não incorrer no erro de copiar os conceitos e aplicá-los de maneira indiscriminada no território guineense que é diferente em muitos aspectos do contexto em que Marx e Engels pensaram esses conceitos. por isso, não é razoável afirmar taxativamente que o PAIGC foi um movimento/partido marxista ou que Cabral copiou os pensamentos de Marx, isso não corresponde à verdade, talvez seja por esta razão que o partido nunca assumiu oficialmente sendo marxista.

¹⁹ Democracia revolucionária o que significava que todas as camadas sociais deviam ser mobilizadas de forma a participarem ativamente no novo projeto de sociedade. (COUTINHO, 2017, p.161)

4 PAIGC E OS IDEIAS MARXISTAS NO PERÍODO PÓS INDEPENDÊNCIA

4.1 Primeiros passos do PAIGC no poder

Com a independência conquistada em 24 de setembro de 1973, proclamada pelo primeiro presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), João Bernardo Nino Vieira, quando foi realizada a primeira sessão desta casa, onde foi proferida a leitura da ata que declarou o nascimento de Estado da Guiné-Bissau, na cidade de Madina de Boé, na região leste do país e reconhecida pelo Portugal em 1974, e consequente formação do primeiro governo liderado por Luis Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, o líder e fundador do PAIGC, assassinado meses antes da independência, em Konacri (país vizinho da Guiné-Bissau), no dia 20 de janeiro de 1973, pelos combatentes do próprio partido, a mando do regime português segundo Jauará (2017)

Na tabela que se segue, trazemos nomes de membros desse governo que governou o país sob a liderança de Luiz Cabral (presidente da República) até ano 1980 quando esse governo foi destituído por um golpe militar liderado por Nino Vieira.

Tabela 3- Composição de primeiro governo liderado por Luiz Cabral (1974 a 1980)

Ministérios e Secretaria	Ministros e Secretário
---------------------------------	-------------------------------

Primeiro-ministro	Francisco Mendes
Ministério das forças armadas	João B. Nino Veira
Ministério do interior	Constantino Teixeira
Ministério de coordenação económica e plano	Vasco Cabral
Ministério de Finanças	Carlos Correia
Ministério de Combatentes da Liberdade da Pátria	Paulo Correia
Ministério de Negócios Estrangeiros	Vitor Saúde Maria
Ministério de saúde	João da Costa
Ministério de Educação	Filinto Vaz Martins
Ministério de Justiça	Fidelis Cabral de Almada
Ministério de Transportes e Turismo	Manuel dos Santos-Manecas
Ministério de Comércio e Artesanato	Armando Ramos
Ministério de Recursos Naturais	Samba Lamine Mane
Ministério de Desenvolvimento Rural	Mário Cabral
Ministério das Obras Públicas e Urbanismo	Alberto Lima Gomes
Ministério dos Correios e Telecomunicações	Fernando Fortes
Ministério de Informações e Cultura	Mário de Andrade
Banco Nacional de Guiné-Bissau	Victor Freire Monteiro
Secretaria do Estado de Pesca	Joseph Turpin

Fonte: Jaurá, 2017 (elaborado pelo autor)

Dessa maneira, sem nenhuma participação feminina, estava formado o primeiro governo guineense, depois de 11 anos de luta de libertação nacional. Nas mãos desses homens estava o destino do país, sonhos de um povo que se sacrificou para alcançar a tão sonhada e desejado liberdade e desenvolvimento, agora cabia a esses homens cumprir esse programa maior-desenvolver o país.

Para cumprir essa missão, o PAIGC adotou o socialismo como modelo de gestão económica e regime político de partido único ou monopartidarismo e semipresidencialismo como forma de governar o país. O Estado era altamente intervencionista, controlava o

mercado, nacionalizou as instituições deixadas pelos colonizadores assim como mesmo as terras.

Sobre o semipresidencialismo guinense adotado desde o primeiro governo e que impera até os dias atuais, seu funcionamento está belizado de seguinte maneira na Constituição, parágrafo 1º do artigo 62º “é o chefe de Estado, símbolo da unidade, garante da independência nacional e da Constituição e Comandante Supremo das Forças Armadas”, e artigo 97º parágrafo 2º é o “Chefe do Governo, competindo-lhe dirigir e coordenar a accção desse e garantir a execução das leis”

A escolha do socialismo parece obvia, por algumas razões: a primeira é que nesse período (logo depois da independência) o país não tinha à sua disposição uma elite económica nativa capaz de participar e movimentar a economia nacional, as poucas pessoas que se tinha (que não se pode chamar de elite, por isso foi chamado de pequena burguesia) que já atuava no mercado privado no período colonial (funcionários de empresas privadas ou servidores públicos) já estavam no partido, o mesmo acontece com a elite intelectual que poderia pensar e desenvolver a educação do país. Isto é, todos àqueles que teriam condições de trabalhar, de movimentar o mercado fora do aparelho de Estado, estavam a serviço do Estado.

A segunda é o fato de o partido ter recebido, durante todo o período da luta armada pela independência, muitos apoios de países socialistas, a começar pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a China e vários outros países do leste europeu, que são países que compunham o bloco socialista que disputava o domínio mundial com o capitalismo impulsionado pelos Estados Unidos da América e toda Europa ocidental, no período conhecido como a “Guerra Fria”.

Os países, e a Guiné-Bissau não fugiu à essa lógica, precisavam se alinhar a um dos blocos. Tendo em conta a relação histórica do PAIGC com marxismo, a opção pelo mesmo parece óbvia para garantir manutenção desses apoios, isto é, a escolha não foi só lógica, foi igualmente estratégica.

Por outro lado, além da obviedade imposta pelas circunstâncias da independência, vale atentar para o fato que já explicitamos anteriormente: a escolha do modelo socialista de governação pode ter mais relação com a sua proximidade com as tradições africanas do que com o fato de os países que apoiaram o partido durante a luta serem socialistas, tradição esta de as sociedades tradicionais africanas serem comunitaristas.

O relativo isolamento, o atraso tecnológico e uma tradição não codificada (oral) das populações africanas teriam formado uma vida social voltada para o coletivismo, a gerontocracia e a solidariedade. Historicamente, estas seriam, portanto, as marcas essenciais da “personalidade africana”, que possuiria tanto tendências positivas (anti-individualismo, fraternidade), quanto negativas (tendencialmente autoritárias). (SAPÉDE, BARBOSA & BOTELHO, 2016, p.133)

Mendy (1993) endossa a tese de que o PAIGC foi sim socialista, na visão dele, ainda que o termo socialismo nunca tenha aparecido nos documentos oficiais do partido, dois elementos provam a sua ideologia socialista, são eles: Centralismo democrático (entende-se por partido único) e a democracia revolucionária.

No concernente ao modelo de partido único, dentre vários possíveis fatores que possam explicar a sua escolha por parte do PAIGC, se destaca o de que: durante a luta, o partido criou a lógica de nós contra eles, isto é, só existia duas classes, uma opressora que era a dos colonizadores, e outra oprimida que era a dos nativos que o PAIGC representava. Deste modo, seria PAIGC o único e fiel representante do povo no período pós-independência, além de ser reconhecido por várias organizações internacionais como o único representante do povo.

Outro fator que justificava a tese do partido único, era “o consenso intra-elite de que o unipartidarismo era a melhor opção para o país. Era o meio mais eficaz para formar uma nação unida e íntegra”. (JAURÁ 2006, p. 120). Falando sobre o princípio da democracia revolucionária ¹⁰ do PAIGC, Coutinho (2017) afirma que:

Ainda durante o período da luta armada, várias instituições foram criadas de forma a aplicar este princípio, tal como os comités de tabanka¹¹, órgãos políticos de base do PAIGC. Os seus cinco membros eram eleitos numa assembleia-geral dos aldeãos e dois de entre eles deviam ser obrigatoriamente mulheres. [...] Da mesma forma, os tribunais populares tinham três membros eleitos pela população e o professor de cada aldeia era o respetivo secretário. (COUTINHO, 2017, p. 163)

A colocação do autor mostra que as autoridades tradicionais tinham espaço dentro dos planos do partido, este contava com todas as forças para construção de uma nova sociedade, mais justa e sem exploração do Homem pelo Homem como almejava Cabral, isso mostra que, o partido considerava que todas as forças da sociedade ou pessoas eram partes integrantes do importante processo da construção de uma nova sociedade. Por isso, ninguém e nenhuma camada da sociedade deveria ser excluído do processo da construção da nação guineense.

Outra razão que justifica a adoção do sistema de partido único por parte do PAIGC e tantos outros partidos na África nesse período, de acordo com Mourão (1993) citado por Jaura (2017), “foi o fato de que o pluralismo partidário poderia levar à criação de partidos étnicos, como de fato aconteceu na Nigéria, no Zaire etc”. Considerando a tamanha fragmentação da população guineense em grupos étnicos, como já vimos anteriormente, essa preocupação parece ser razoável, quando se pretende “formar uma nação unida e íntegra”.

partido demonstrou grande preocupação com possível surgimento de tribalismo no país, isto é, divisão política com base na “étnia”, promovido especialmente por políticos com o objetivo de tirar proveitos eleitorais. Podemos constatar essa preocupação do partido quando observamos a lei eleitoral, ou no caso da Guiné-Bissau, lei quadro de partidos.

Antes de analisarmos a lei guineense sobre partidos, achamos importante trazer uma definição da lei eleitoral. De acordo com Müller e Sieberer (2005) citados por KARVONEN (2007, p. 439) o referido dispositivo é definido de seguinte maneira:

A lei do partido pode ser entendida como leis especificamente concebidas para regular a vida das organizações partidárias. Alternativamente, a lei partidária pode ser definida como o corpo legislativo total que afeta os partidos políticos. No primeiro caso, a lei partidária é um corpo de leis claramente definido que pode existir ou não em países específicos.

Na sua caminhada rumo ao multipartidarismo, a Guiné-Bissau decidiu criar um instrumento legislativo exclusivo que trata de regularizar como vão funcionar os partidos que surgiriam com a futura abertura democrática. Diferentemente de outros países que preferem acumular a legislação sobre partido e mais outros assuntos no mesmo dispositivo.

Por outro lado, é importante entender o porquê de uma lei que rege os partidos políticos dentro de uma sociedade democrática. Aliás, Avon (1995) já tinha levantado essa questão e oferecido uma resposta que, de certo modo, traz uma reflexão importante sobre a temática.

Ao responder esse questionamento, Avon citado por KARVONEN (2007, p. 442) afirma:

A resposta está no fato de que aqueles que optaram por legislar uma lei partidária, com exceção da Finlândia e de Israel, já haviam passado por um colapso de seus sistemas democráticos. No processo de reforma das suas estruturas democráticas, as legislaturas destes partidos promulgaram leis partidárias que garantiriam aos partidos políticos o desempenho de funções compatíveis com os objetivos e práticas das democracias modernas. Assim, estas leis são particularmente

sensíveis à necessidade de assegurar, por um lado, a livre associação em partidos políticos como um princípio básico de um regime democrático e, por outro, de assegurar a capacidade do Estado de proibir partidos cujas atividades representem uma ameaça à natureza democrática do Estado.

No caso guineense que não vivia uma democracia, e igualmente, não tinha nenhum outro partido que não fosse o PAIGC, a necessidade dessa lei se justifica por outras razões. Como por exemplo prevenir que os novos partidos se formem em torno de pautas divisionistas, isto é, que cada grupo social (etnia) crie seu partido priorizando suas demandas em detrimento de outros grupos e, com isso, esgarçar o ambicioso e bem-sucedido (aparentemente) projeto da unidade nacional. Isto porque a união entre os diferentes grupos é crucial para continuidade da República da Guiné-Bissau, dado que todo o projeto da criação da nação guineense é ancorado na ideia de unidade entre as diferentes etnias, uma vez que o país é multiétnico.

Poder-se-ia elencar vários problemas que se propõe a evitar quando o partido decidiu legislar sobre como os partidos deverão se organizar e atuar na Guiné-Bissau, desde o problema da unidade nacional, passando pelo envolvimento dos militares na política, o que era um constante (ainda é, de certa forma) até aquele momento. Mas o mais importante a ser dito/esclarecido é que o PAIGC estava mais preocupado em prevenir o colapso da democracia que poderia advir desses problemas. Diferentemente de outros países que tentavam, com essa legislação, evitar um novo colapso democrático.

As regulamentações diferem uma da outra em conteúdo assim como em propósitos, considerando que cada Estado legisla sobre os partidos tendo em vista a própria realidade: A dificuldade que tem no momento, o que já experimentou no passado e não quer que volte a acontecer, prevenir possíveis conflitos, e por outro lado, criar um ambiente saudável para disputa política. Assim sendo, de acordo com Molenaar (2014) “Estudos empíricos sobre a regulamentação legal dos partidos políticos mostram que as leis partidárias diferem na forma como regulam o acesso ao processo eleitoral”.

Ao analisar o conteúdo de 39 Leis Partidárias (PL) de diferentes países, o Karvonen (2007) concluiu que essas leis versam essencialmente sobre três disposições, que são: 1- disposições destinadas a restringir certos tipos de atividade partidária ou a proibir certos elementos ideológicos; 2- disposições relativas aos partidos como organizações ou sujeitos legais (organização interna, filiação, registro, finanças, propriedade) e 3- disposições contendo sanções a partidos ou membros de partidos.

A PL guineense contempla todas essas disposições constatadas pelo autor, mas como não é de nosso interesse debruçar profundamente sobre esse assunto, vamos apenas trazer artigos que protegem a unidade nacional, proibindo organização de partidos de cunho tribal ou regional, bem artigos que proíbem o envolvimento militar na organização do partido.

Na Lei Quadro de Partido da Guiné-Bissau, consta nos seus artigos 27º- 1. “Os partidos políticos observam a ordem constitucional, com repúdio de todo e qualquer método subversivo ou violento” e 2. “Não são admitidos partidos que perfilhem ideologia fascista ou aqueles cujos objectivos programáticos sejam contrários à lei ou ainda que sirvam de estruturas armadas, militarizadas ou paramilitares”; e no art. 28º- Os partidos políticos não podem desenvolver quaisquer actividades de tipo religiosa ou militar.

É importante destacar o que da LQP ter mencionado nominalmente o fascismo e não qualquer outra ideologia igualmente perniciosa. Isso tem a ver com o fato durante a luta pela, o partido atribuiu ao regime fascista salazarista toda crueldade do colonialismo português que enfrentou, é o que explica a tal preocupação com relação aos novos partidos.

Nas disposições relativas aos partidos como organizações ou sujeitos legais (organização interna, filiação, registro, finanças, propriedade). Temos art. 4- 1. Não pode formar-se qualquer partido que não tenha pelo menos dois mil (2000) militantes ou associados; art.5- 1. “Fica expressamente vedada a constituição de qualquer partido de natureza regional, local ou tribal”; 2. “Dentre os requerentes à constituição dum partido político deverão figurar 100 (Cem) residentes em cada região do país; art. 6- a) Ninguém pode ser admitido ou excluído por motivo de sua raça, religião, sexo ou origem”.

Esses artigos como um todo, demonstra uma preocupação real e salienta do partido com a realidade guineense, trata-se da fragmentação étnica do país, ou seja, a Guiné-Bissau é um país multiétnico como já foi mencionado, e a dispersão geográfica da população segue uma lógica que possibilitaria facilmente o surgimento de partido completamente étnicos. Visto que cada região do país é dominada por um certo grupo étnico. Por exemplo: região de Cacheu é dominada pelo grupo social/etnia manjaco e região de Tombali é dominada pelo grupo social/etnia balanta e assim por diante, sendo assim, obrigar que o partido tenha associados em cada região é uma forma de forçar a nacionalização dos partidos, e permitir a pluralidade étnica no seu interior. Vale lembrar que a unidade entre diferentes grupos sociais foi um fator determinante na libertação do país.

Barros (2014) traz um olhar mais holístico sobre a relação do PAIGC com a sociedade civil, estendendo sua análise desde o período da luta até a conquista da

independência. Segundo ele, o PAIGC embutido do espírito de criação do “homem novo”, entre outras, encorajou “a presença de organizações a todos os níveis do espaço social e em volta de grupos específicos, nomeadamente os trabalhadores, as mulheres, os jovens e as crianças.” (BARROS, 2006, p.35) entretanto, ele exorta que, ao mesmo tempo que o PAIGC promovia a presença de “todas” as organizações, desencorajava, silenciava e até combatia as organizações concorrentes, como é o caso de Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura (SNECIA).

De acordo com Jaurá (2006) o primeiro governo enfrentou sérios problemas desde as disputas entre os lusoafRICANOS e etnorurais até os problemas entre guineenses e cabo-verdianos. Foi marcado igualmente por lutas internas entre guineenses e cabo-verdianos, os guineenses acusavam o presidente de favorecer os cabo-verdianos, os etnorurais por sua vez acusava o partido de privilegiar os lusoafRICANOS.

Outra grande marca desse governo segundo o mesmo autor (2006) foi a falta de autoridade do presidente da república, uma vez que o partido era maior que o Estado, ele planejava as ações, o governo/Estado só tinha que executá-las. Razão pela qual o mesmo passou por várias remodelações, a primeira se deu em 1977, a segunda em 1978 devido a morte de Francisco Mendes, primeiro-ministro na época, o que fez com que o Nino Vieira passa a assumir o seu cargo, deixando o Ministério (os ministérios eram chamados de comissários). das Forças Armadas

Esse reajuste diz muito sobre como era os primeiros momentos do partido libertador no poder, não é comum, nem se espera numa democracia funcional que o ministro das forças armadas seja substituto de primeiro-ministro em caso de incapacidade deste último de exercer a sua função. No entanto, na Guiné-Bissau, diferentemente de outros países, especialmente neste momento histórico, é difícil dissociar os militares da política como é aconselhável dentro de uma democracia representativa.

Esta anomalia deve-se ao fato desses terem praticamente fundado a República da Guiné-Bissau, através da luta libertação do domínio português. Foram os militares que estiveram na linha de frente dessa luta, ainda que o líder e ideólogo da mesma, Amílcar Lopes Cabral, o fundador do partido libertador que se tornaria futuramente no pai da nacionalidade guineense, não tenha sido militar.

O fato de os militares terem libertado o país criou, ainda que de modo latente, no seio da classe castrense a crença de que o país lhes pertence e que são, na verdade, os donos da República, não simplesmente guardiões da integridade territorial do Estado e sob o

comando de políticos civis, como está plasmada na Constituição. Isso se torna evidente cada vez que eles se colocam como a solução dos problemas, deixando de lado os arranjos democráticos para resolução de problemas dentro de um Estado democrático.

Aliás, essa crença não é exclusiva dos militares, o próprio PAIGC sendo ele o partido que liderou a luta de libertação nacional e que a exclusividade do exercício do poder já lhe foi conferida pelo Art. 4.º da primeira Constituição onde constava o seguinte: “Na Guiné-Bissau o poder é exercido pelas massas trabalhadoras ligadas estreitamente ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), que é a força política dirigente da sociedade”. Também partilha dessa crença até hoje, frequentemente os seus líderes a expressam/externam, principalmente durante as campanhas eleitorais, os seus líderes e membros costumam usar a/o expressão/mantra **“é terra ten si dunu” (esse país tem seu dono-** tradução direta do autor), durante os comícios eleitorais, dando a entender que eles são os danos do país. Isso poderia ser apenas um jogo retórico se na prática não tivesse evidências indicando o contrário.

O senso de gratidão do país com a classe militar, pelo que fez durante a luta de libertação nacional, é tamanha que na primeira constituição da República, proclamada em 1973, constava e ainda continua no parágrafo primeiro do seu artigo 5º o seguinte: “A República de Guiné-Bissau proclama a sua gratidão eterna ao combatente que, pelo seu sacrifício voluntário, garantiu a liberdade da pátria do jugo estrangeiro, reconquistando a dignidade e o direito do nosso povo a liberdade, ao progresso e à paz”.

4. 2 O abandono do socialismo e abertura democrática

O PAIGC, enquanto projeto que ambicionava unir e desenvolver os dois países - Guiné e Cabo Verde- sofreu uma dura derrota em 1980, trata-se de um golpe militar, encabeçado por Nino Vieira, então ministro das Forças Armadas, que pôs fim ao projeto de unidade dos dois países.

Esse golpe, na verdade foi o apogeu de um problema antigo com o qual o partido já vinha lidando, que é a tensão entre guineenses e cabo-verdianos, os primeiros acusavam os últimos de terem maiores privilégios dentro do partido desde o período da luta até no pós independência, mesmo sendo os guineenses a maioria e os que mais ficavam na linha de frente do combate, isto sem mencionar que a luta/guerra, os combates se desenrolavam no solo guineense.

A rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos que colocava cada vez mais em risco o projeto de unidade de ambos os países, se tornou fatal a partir da última revisão constitucional de 1979. A nova constituição seria aplicada nos dois países. No entanto, fazia diferenças sérias e de importância política crucial entre os dois países: aboliu a pena de morte em Cabo Verde e não na Guiné, especificou que só cabo-verdianos poderiam ser presidentes em Cabo-Verde e não especificou na Guiné e por cima propunha eliminação do cargo de primeiro ministro. Os guineenses entenderam que o Luís Cabral estava tramando contra eles, principalmente Nino Vieira. Razão pela qual,

O denominado “Movimento Reajustador” de 1980 - constituído por um grupo de elementos bissau-guineenses do PAIGC que, liderados pelo general Nino Vieira, depôs Luís Cabral, primeiro presidente da Guiné-Bissau - foi fatídico para a ruptura de unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, pondo em causa o legado de Amílcar Cabral de unificação dos dois países. (MONTEIRO, 2013, p. 225)

Esse golpe denominado como “Movimento Reajustador” pôs fim, de fato, ao projeto (já muito questionado) iniciado em 1956, com a fundação do PAIGC por Amílcar Lopes Cabral. A partir desta data os dois países abandonaram o ambicioso projeto cabralista de unidade dos dois países. Sendo assim, em 1981, os dissidentes cabo-verdianos do PAIGC fundaram o Partido Africano da independência de Cabo Verde (PAICV), os dois países passaram a seguir caminhos diferentes, cada um com sua agenda política.

Nos 4 anos subsequentes ao golpe, o país foi dirigido por Conselho de Revolução (CR) sob a liderança de Nini Vieira, agora presidente da República. Esse governo conhecido como governo de exceção, que tem como primeiro-ministro Vitor Saúde Maria, funcionou até 16 de maio de 1984, data em que foi proclamada a nova constituição e instalação de uma nova República, isto é, o início de um novo governo constitucional. Os quatro anos que o CR governou o país foram marcados de eleições gerais para conselheiros, Deputados e Presidência do Conselho de Estado. Essas eleições ainda elegeram cento e cinquenta deputados para o mandato da terceira legislatura. Tabela a seguir mostrará como estava estruturado o Conselho da Revolução, assim como seus respectivos membros.

Tabela 4- A estruturação do Conselho da Revolução (1980-1984)

Hierarquia	Nomes	Funções	Categoria
1º	João Bernardo Vieira	Presidente	Militar

2º	Paulo Correia	1º vice presidente	Militar
3º	Iafai Camará	2º Vice-presidente	Militar
4º	Vitor Saúde Maria	Primeiro-ministro	Civil
5º	Manuel Saturnino Costa	Ministro de Estado	Militar
6º	João Silva	Ministro de Estado	Militar
7º	Samba Lamine mane	Ministro de Estado	Militar
8º	Buota Na N'batcha	Ministro de estado	Militar
9º	Beghate Na Beata	Ministro de Estado	Militar

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Silva (2010). Disponível em: <https://didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater%5B1%5D.pdf>. Acessado em: 20 de jul. de 2024.

Nesse período, no que tange às instituições, só funcionavam o Partido, As Forças Armadas e as organizações das massas desligadas dos grupos vinculados ao ex-presidente, Luís Cabral. Também foram destituídos de suas funções tanto dentro do partido quanto no Estado, as altas personalidades, tanto militares assim como civis, ligadas a ele. De acordo com Jaurá (2017) “O período de exceção deixou em evidência desestruturação do partido, com o afastamento de algumas personalidades que marcaram a sua história”. No entanto, embora já existia algumas personalidades dentro do partido que não acreditam mais no modelo socialista, a maioria dos integrantes do mesmo, bem como do governo ainda endossavam esse modelo, posição tradicional do partido.

Foi no 4º Congresso do PAIGC, realizado em 1986, que as correntes ligadas às ideais liberais, aqueles que seriam reformistas neste caso, enfrentaram com posições assumidas o grupo ligado às ideais de movimento de libertação nacional (progressistas) esses que seriam considerados ortodoxos que até esse momento ainda era majoritário do partido.

Com o fracasso das várias tentativas de desenvolvimento económico planejado pelo Estado centrado e controlador do mercado, e com a diminuição de ajuda externa (vindo em grande parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para balança de pagamento e dos donativos para conter a crise alimentar, o primeiro governo Constitucional de Nino Vieira (1984-1989), não teve outra alternativa senão a adoção da economia de mercado, endossado facilmente por àquele grupo (a nova geração) que já cobrava uma postura diferente do partido em relação à assuntos económicos.

Apesar do seu posicionamento inicial muito radical no sentido de voltar ao passado, entendido como voltar às idéias de Cabral que propunha uma estratégia de desenvolvimento

calcada na realidade africana e, sobretudo, na melhoria de condições sociais e econômicas dos camponeses que são aliados do partido desde os momentos iniciais da luta de libertação e que se sentiu abandonado, desamparado e, até certo ponto, traído pelos primeiros governos. Ainda assim, esse governo, bem como o partido eram dominados por reformistas. Tabela subsequente condensa as informações sobre o novo elenco governamental, diferente da tabela anterior, nesta será adicionada a coluna perfil ideológica dos integrantes do governo.

Tabela 5- Novo Elenco Governamental Guineense de 1986

Função	Membros do Governo	Orientação ideológica: Ortodoxo- O Reformista- R
Chefe de Estado	João Bernardo Vieira	R
M. das Forças Armadas	Iafai Camara	O
M. da Justiça	Vasco Cabral	O
M. do Desenvolvimento	Carlos Correia	R
M. da Presidência	Tiago Aleluia Lopes	O
M. da Edu. Cult. e Esport.	Fidelis Cabral D'almeida	R
M. comércio e Turismo	Manuel dos Santos	R
M. da Seg. Nac. e Ord. Pub.	José Pereira	O
M. de Recursos Naturais e Indústria	Filinto Barros	R
M. do Negócios Estrangeiros	Júlio Semedo	R
M. de Saúde Pública	Alexandre Nunes Correia	R
M. das Finanças	Vitor Freire Monteiro	R
M. do Plano	Bartolomeu Simões Pereira	R
Governador do Banco Nac.	Pedro Godinho Gomes	R
M. da Informação e Telec.	Mussa Djassi	R
M. da Função pub. Trab. E Seg. Social	Henriqueta Godinho Gomes	R
M./Pr. da província Norte	Mário Cabral	O
M./Pr. da província Sul	Luís Oliveira Sanca	R

M./Pr. Da província Leste	Malam Bacai Sanha	O
Secretaria Nacional de Combatentes da Liberdade da Pátria	Joaquim Furtado	O
Secretaria de Estado do Turismo	Alberto Lima Gomes	R
Secretaria de Estado da Presidência, dos assuntos econômicos e Cooperação Internacional	Bernardino Cardoso	O
Secretaria de Estado das Pescas	Abubacar Baldé	R
Secretaria de Estado de Transportes	Ribeiro	R
Secretaria de Estado de Ensino	Manuel Rambout Barcelos	O
Secretaria de Estado de Informação.	Angelo Augusto Regalla	O

Fonte: Jaurá, 2017 (elabora pelo autor)

Embora os reformistas, sejam a maioria nesse novo elenco governamental, não se pode negar que os que ortodoxos, isto é, àqueles que permaneciam fieis aos ideários socialistas do partido, ainda constituía um número considerável dentro do partido, como se pode ver na tabela. Num total de 26 governantes, incluindo presidente da República e algumas secretarias de Estado, tivemos 10 ortodoxos ocupando diferentes funções no aparelho de Estado e 16 reformistas que já se consolidava como a maioria no partido.

Esse cenário só vai piorar (no sentido de que os reformistas vão dominar o partido por completo) com o passar de tempo. As cíclicas crises econômicas e financeiras fortaleceram bastante a posição reformista dos integrantes do partido. A título de exemplo, vejamos a fala de Manuel dos Santos, vulgo Manecas, membro de Bireau Político e coronel das Forças Armadas, um dos reformistas do PAIGC, na ocasião de uma entrevista que concedeu ao jornalista João Van Dunem (9/12/1987). Começa entrevista afirmando que a liberdade econômica não é trair os princípios do partido, e segue dizendo: “acho que é

preferível desenvolvermos o país mesmo negando alguns princípios de defesa de justiça social para os nossos filhos. O nosso compromisso atual é de desenvolvimento econômico e isso tem na hora atual mais cabimento que coisas irrealizáveis”.

Questionado por jornalistas se essa posição não poderia lhe render confrontos mais sérios no partido, ao que respondeu: “Ouça, eu digo isso desde 1982 e nunca tive problemas. É evidente que minha tese não era muito aceita. Mas as condições foram amadurecendo. Foi-se ganhando a consciência de uma mudança profunda do sistema. Atualmente, há reconhecimento generalizado de que o sistema anterior era ineficiente. JAURÁ (2017, P. 238)

Os discursos e posições reformistas ganharam cada vez mais o espaço e legitimidade considerando a realidade econômica adversa do país, os socialistas (ortodoxo), por sua vez, começaram a perceber o esvaziamento de seus discursos, tanto os que defendiam uma estratégia centrada no desenvolvimento rural ou urbano-rural, e o crescimento e completa dominância da estratégia reformista calcada na economia de mercado como alternativa para o desenvolvimento do país.

Com o colapso da União soviética, a grande e antiga aliada do PAIGC desde a luta de libertação, o partido perdeu os financiamentos e muitos investimentos provenientes desse aliado, de modo que precisava encontrar outras formas de lidar com os problemas de pobreza e desemprego que assolava o país, para conseguir novos investimentos e financiamentos, o país foi obrigado a se reorientar no cenário internacional, isso passa por uma mudança no seu sistema de governação, “a partir dos programas de ajustes, delineados no Consenso de Washington, e das imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) para soluções de problemas sociais, políticos e econômicos.” Teixeira (2015, p. 121)

Deste modo, o partido e o governo começaram a se reorganizar para enfrentar as imposições da economia de mercado como forma de cumprimento das exigências das duas instituições (FMI e BM) que propuseram a liberalização do mercado, privatização e enxugamento de aparelho de Estado que era muito grande naquela altura. Esse enxugamento passava, necessariamente por redução de número de funcionários da função pública e diminuição de investimento social. Já no plano político, exigia-se a distensão social, e estabilidade das instituições e a abertura política e adoção de multipartidarismo.

Para se encaixar nessas exigências, o partido teve que promover uma remodelação no governo, formar um novo elenco governamental de transição para o multipartidarismo. Sendo assim, em 1991 o governo apresentou uma emenda à Constituição que aboliu o

sistema de partido único (a queda do artigo 4 da Constituição de 1973), adotou o multipartidarismo como novo sistema político em vigência e implementou a economia de livre mercado (conhecido localmente como comércio livre). A nível do partido, foi convocado um novo congresso com o objetivo de o partido se preparar para uma nova realidade política, isto é, se preparar para enfrentar novos partidos que surgirão com essa abertura política. Formou-se então o novo governo, enxuto e completamente reformista, os ortodoxos perderam por completo o espaço no partido.

Tabela 6- Elenco governamental do governo de transição (1992)

Funções	Nomes	Orientação Ideológica
Chefe do Estado	João Bernardo Vieira	R
M. dos Neg. Estrang. E cooperação	Bernardino Cardoso	R
Ministro da Justiça	Mamadu Saliu Djalo	R
M. de administração Territorial	Manuel Malan Mané	R
M. das Finanças	Filinto Barros	R
M. de desenvolvimento Rural e Agric.	Mário Cabral	R
M. das Pescas	Eduardo Fernandes	R
M. de recursos Naturais	João Cardoso	R
M. de Comércio e Indústria	Assumane mané	R
M. de Saúde Pública	Henriqueta G. Gomes	R
M. de Educação Nacional	Alexandre Furtado	R
M. de Assuntos sociais e promoção feminina	Francisca Pereira	O
M. de Obras Públicas	Alberto Lima	R
M. de Transporte e Comunicação	Luís Sanca	R
M. da Função Pública e Reforma Administrativo	Malam Bacai Sanha	R
M. da Defesa	Samba Lamine Mané	R
M. de Interior	Abubacar Baldé	R
Secretaria de Negócios estrangeiros	Marcelino Lima	O
Secretaria de Plano	Nelson Dias	R
Secretaria de Estado de Tesouro	Rui Dias de Souza	R

S. E. de Combatente de Liberdade da Pátria	Mário Mendes	R
S. E. de Turismo e Artesanato	Zeca Martins	R
S. E. de Cultura, Juve. E Desporto	Delfim da Silva	R
S. de Estado de Informação	Califa	R

Fonte: Jaurá (1017) elabora pelo autor

Essa remodelação expurgou de vez os socialistas, bem como a tendência socialista do PAIGC, tanto do ponto de vista numérico quanto da relevância, como mostra a tabela, em termos numéricos o governo contava com apenas dois membros socialistas, e do ponto de vista da relevância, ocupavam funções de menos prestígio e poder dentro do governo: Ministério de Assuntos sociais e promoção feminina e secretaria de Negócios estrangeiros. Isto é, a posição tradicional do partido que até o governo de 1986 contava com 10 governantes num universo de 26 agora conta com apenas dois no universo de 24 governantes.

Se observamos atentamente as duas tabelas (5 e 6) percebemos que eles (os ortodoxos) não foram somente descartados nesse novo governo, mas também que houve mudança de posição de alguns socialistas (ortodoxos) nesse intervalo de tempo. Por exemplo: Mário Cabral, Malam Bacai Sanha e Bernardinho Cardoso abandonaram a posição socialista, e não houve nenhuma mudança de algum reformista, foi assim que o PAIGC se desligou do seu passado marxista-socialista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, tentou-se compreender a relação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) com o pensamento marxista (que é uma forma de compreender as relações de poder entre indivíduos e instituições dentro da sociedade e uma proposta de construção de uma nova sociedade livre de qualquer forma de dominação), isto é, procurou-se entender de maneira mais ampla como foi que o PAIGC utilizou esse pensamento, ou alguns de seus conceitos dentro da sua estratégia de luta para libertação nacional e na elaboração de seu projeto de construção de Estado-nação livre da exploração de homem pelo homem, uma sociedade livre e justa na Guiné-Bissau.

Antes de qualquer abordagem sobre o marxismo, teve-se o cuidado de demonstrar a resiliência dele, que ao longo de anos tem sido, ora mais, ora menos, dependendo da conjuntura política global ou local frequentemente atacado, muitas às vezes de forma

panfletária e exagerada, por uma parcela extremista daqueles que não o endossam, o colocam como sendo origem de todos os males que afligem a humanidade. Também se chamou atenção daqueles que o encampam e que às vezes, de maneira exagerada, alguns acabam o colocando como panaceia de todos os problemas, o trabalho apelou para o equilíbrio dos dois lados.

No primeiro momento, quando se falou da socialização dos líderes africanos (com recorte nos Países Africano da Língua Oficial Portuguesa e, com foco no Cabral) nos anos 50 e 60, entende-se que o contato do Amílcar Lopes Cabral, o fundador e ideólogo do PAIGC, com o pensamento revolucionário, o que naturalmente inclui o marxismo, foi eminentemente uma questão conjuntural. Quer dizer que, as circunstâncias da época colocaram os dois em contato, sua passagem pela Casa dos Estudantes do Império (CEI) seu ativismo contra o regime Salazarista em Portugal, as influências do Pan-africanismo e negritude são alguns dos condicionantes.

Ficou evidente também na pesquisa o papel da diáspora na formação intelectual e revolucionária do Cabral, assim como os impactos de acontecimentos internacionais no processo da luta do PAIGC pela independência dos dois países, por exemplo, o fim da “II Guerra Mundial”, a “Guerra Fria” e a criação da Organização das Nações Unidas são alguns desses acontecimentos que foram muito importantes para criação do PAIGC.

Por outro lado, entendeu-se, diferentemente de outros pesquisadores, que o PAIGC não foi um partido marxista, na medida em que ele não adotou essa ideologia de maneira acrítica, antes pelo contrário, adaptou esse pensamento à realidade guineense. Por esta razão, nos parece mais razoável afirmar que foi um partido de inspiração marxista, porque o próprio Cabral admitiu ter precisado conhecer os teóricos do marxismo, por necessidade de uma fundamentação teórica da luta, e confirmou tê-los lido, entretanto, os conceitos que ele julgou úteis para o propósito do partido, foram adaptados ao contexto guineense, inclusive negou algumas das teses basilares dessa corrente ideológica. Por exemplo a tese segundo a qual a luta de classe seria o motor da história. Também a pesquisa identificou que a morte do ambicioso projeto de Cabral de unir os dois países se deu por uma causa que sempre esteve no seio do partido, a rivalidade entre guineenses e cabo-verdianos.

Ficou claro, nessa pesquisa, a relação do PAIGC com o marxismo, ainda que o mesmo nunca tenha assumido, de maneira oficial, ser um partido socialista, postura que vários movimentos independentistas da África (PALOP em especial) do século XX

assumiram oficialmente, está evidente que esse pensamento sempre esteve no interior do partido desde a sua fundação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRONTAMENTO (ed.). **Colonialismo e lutas de libertação: 7 cadernos sobre a guerra colonial**. Fundação Mário Soares. Arquivo/1. Porto. 1974.
- ALCOFORADO, Guedes, Lhering. **O luto e os espectros do marxismo e do socialismo**. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281871512_O_luto_e_os_espectros_domarxismo_e_do_socialismo. Acesso em: 23/11/2022.
- AMADO, Leopoldo. **Guiné-Bissau: 30 anos de independência**. AFRICANA STUDIA. Nº 8. Edição da Faculdade de Porto, Porto. 2005, p. 109-135.
- ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do nacionalismo africano – continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- BARBOSA, S. Muryatan. **A razão africana: Breve história do pensamento africano contemporâneo**. Todavia, São Paulo, 2020.
- BARROS, Miguel de. **A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectivas**. 1ª Edição. Outubro de 2014.
- BOTELHO, Machado, Guilherme; BARBOSA, Santana, Muriatan & SAPEDDE, Clemência, Thiago. A perspectiva africana de Joseph Ki-Zerbo. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **O pensamento africano no século XX**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- CABRAL, Amílcar, livro. Disponível em: <http://www.amilcabcabral.org/livro.pdf>. Acesso em 18. set. 2023.
- CABRAL, Amílcar: **a arma da teoria**. In: COMITINI, Carlos (Org.). Amílcar Cabral. Rio de Janeiro: CODECRI. 1980.
- CABRAL, Lopes, Amílcar. **A arma da teoria**. [S.D]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/375851701/A-Arma-Da-Teoria-Amilcar-Cabral>. Acesso em: 29/09/2023.
- CARDOSO, C. 1992. “A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social: 1926 –1973”. *Soronda - Revista de Estudos Guineenses*, Bissau. 14 jul. 1992, p. 29-63.
- CARVALHO, Ossagô, Ricardo de. **Política externa e Estado Frágil na Guiné-Bissau: Crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP & CEDAO” (1973-2014)**. Tese (Doutorado em ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.
- CASSAMA, Daniel Julio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné Bissau e Cabo Verde**. 2014.
- CASTELO, Cláudia. **A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial**. (COUNTER-) MEMORIES OF COLONIALISM: REMEMBRANCE, RESISTANCE AND TRANSFERENCE IN ANTI-COLONIAL AFRICAN NARRATIVES. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/6931828/A_Casa_dos_Estudantes_do_Imp%C3%A9rio_lugar_de_mem%C3%B3ria_anticolonial. Acesso em: 10/09/2022.
- CHABAL, Patrick. **Amilcar Cabral: revolutionary leadership and people`s war**. Cambridge university Pres, 1983.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CLACRKE, Henrik John. **Pan-africanismo, poder preto e história preta**. Tradução de: Kahotep Shemsa Hefen. São Paulo: Editora Ananse. 2021.

CORREIA, Pizarat, Júlio, Pedro de. **Da descolonização: Do protonacionalismo ao pós-colonialismo**. Tese (doutorado em Relações Internacionais-Políticas Internacionais e Resolução de Conflitos), Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. **A importância da experiência migratória nas trajetórias dos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC (1956–1980)**. *Diáspora Cabo-Verdiana*, p. 73-87, 2016.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. **AS TRAJETÓRIAS DOS FUNDADORES DO PAIGC (1923 – 1960)**. Atas do colóquio internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da ciência. Lisboa, 21-23 de junho de 2012.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel. **Os Dirigentes do PAIGP**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2017.

COUTINHO, Benoliel, Ângelo. Os dirigentes do PAIGC: (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), da fundação à ruptura 1956-1980. Coimbra. 2017.
DIAS, Luciana Bastos. **Amílcar Cabral e o Marxismo: dos anos de Lisboa à liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948-1973)**. 2020. Tese de Doutorado.

DOS REIS, Fernandes, Nunes, Carlos. Cabral e a dignidade humana. In: **Actualidade do pensamento de Amílcar Cabral**. Fórum-debate, Grupo parlamentar de PAICV, janeiro de 2003.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Tradução de Milton Camargo Mota. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Tradução de Roberto Gold Korn. 3.ed.-São Paulo: Edipro, 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução Ligia Fonseca Ferreira, Regina salgado Campos. 1ª ed.- rio de janeiro: zahar, 2022.

FERREIRA, Pedro. **Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime**. CEDIS – FD-UNL. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/5017083/Casa_dos_Estudantes_do_Imp%C3%A9rio_pelo_regime_e_contra_o_regime. Acesso em: 16/09/2023.

FILHO, Reais, Aarão, Daniel. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRUTUOSO, Claudinei; CAROLOS, MACIEL, Antônio. **HISTÓRIA, LUTA DE CLASSES E REVOLUÇÃO EM MARX E PROUDHON**. *Colóquio do Museu Pedagógico-ISSN 2175-5493*, v. 14, n. 1, p. 1556-1561, 2022.

GEOFF, Boucher. **Marxismo**. Tradução de noélio Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora vozes, 2015.

GUINÉ-BISSAU. Constituição (1973). **Constituição da República da Guiné-Bissau, Bissau, assembleia nacional Popular**, 1973.

GUINÉ-BISSAU. Constituição (1996). **Constituição da República da Guiné-Bissau, Bissau, assembleia nacional Popular**, 1996.

GUINÉ-BISSAU. **LEI QUADRO DOS PARTIDOS POLÍTICOS (1991)**. Assembleia Nacional Popular, 1991.

HARRIS, E. Joseph & ZEGBIDOUR, Slaimane. (org.) **História Geral da África: Vol. VIII. A África e a diáspora negra**. África Desde 1935. Brasília: UNESCO 2010.

ILVA, Antonio, E. Duarte. Seminário “**Debate a Constituição da Guiné-Bissau: As Constituição da Guiné-Bissau. Que Constitucionalismo?**” Bissau: UNIOGBIS/FDB. 2010 Disponível em: <https://didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater%5B1%5D.pdf>. Acesso em 20 de jul. de 2024.

JAUARÁ, Manuel. **Os lusoafrianos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau**, IX Congresso Luso- Afro- Brasileiro sob o lema “As Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento”. Luanda , Angola, 28 a 30 /11/2006

-----, **Análise de transição democrática na África lusófona**. Curitiba; CRV, 2017.

KARVONEN, Lauri (2007): **Legislation on Political Parties: A Global Comparison. Party Politics**, 13 (4). pp. 437-455.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo: uma introdução**. Tradução de Willian Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

MACEDO, José Rivair (Org.). **O pensamento africano no século XX**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo editorial, 2015.

MATA, Inocência. **A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política**. Lisboa: UCCLA, 2015.

MENDES, Livonildo Francisco. **Democracia na Guiné-Bissau: por uma mudança de mentalidades**. 2010. Dissertação de Mestrado. FEUC.

MENDY, Karibe, Peter. **A herança colonial e o desafio da integração**. Soronda: Revista de Estudantes Guineenses. Bissau. INEP. 1993.

MOLENAAR, F. (2014). **"Legitimizing political party representation: Party law development in Latin America."** International Political Science Review 35(3): 324-338.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: Da luta armada a Construção do estado nacional-conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica 1959-1994**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2013

NAMONE, Dabana. **"A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional."** (2014): 120-f.

NETTO, José, Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo. Nova cultura: Brasiliense, 1986.

NEVES, José. **Ideologia, ciência e povo em Amílcar Cabral. História, Ciências—Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.2, abr.-jun. 2017, p.333-347.

NEVES, José. **Ideologia, ciência e povo em Amílcar Cabral**. História, Ciências, saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, V.24, n.2, abr.-jun. 2017, P. 333-347.

NKRUMAH, Kwame. **Luta de Classes em África**. Edição Nova Cultura, 2ª edição, 2018.

NÓBREGA, Álvaro. — Guiné-Bissau: **Um caso de democratização difícil (1998-2008)**. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade do Lisboa, Lisboa. 2015.

PEREIRA, Lopes, Carlos. Amílcar Cabral, **um revolucionário do século XXI**. Odiario Info. 2017.

Portal Geledés. Amílcar Cabral- por Paulo Freire. 2009. Disponível em: [Amílcar Cabral – por Paulo Freire \(geledes.org.br\)](http://AmilcarCabral-porPauloFreire.geledes.org.br). Acesso em: 25/11/2022.

PRZEWORSKI, Adam. **O que aprendi com Marx e que ainda permanece?** Universidade de Nova Iorque, 2020.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo; Boitempo, 2022.

SANTOS, Mário, Beja & SILVA, Francisco Henriques, da. Da Guiné portuguesa à Guiné-Bissau: Um Roteiro. Porto, 2014.

SCHERER, Mathias Inácio. Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o pan-africanismo. In: SCHLESNER, AH. **Marxismo e educação: limites e possibilidades do conceito de emancipação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

SCHUMPETER, A. Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo; Editora Unesp, 2017.

SELL, Carlos, Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. 2. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. 2010.

SEAWRIGHT, Jason; GERRING, John. **Case selection techniques in case study research: A menu of qualitative and quantitative options**. Political research quarterly, v. 61, n. 2, p. 294-308, 2008.

SILVA, Duarte, E. António. **Guiné-Bissau: A causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC**. Cadernos de Estudos Africanos. 2006.

SILVA, Rodrigues, Marvin, Silva e. **A Descolonização da Guiné e Cabo Verde no Cenário da Guerra Fria**. Dissertação (Mestrado em ciência política e relações internacionais), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2016.

SILVA, Samuel, Barbosa; DE FÁTIMA, Wellton Silva; SILVEIRA, Éderson Luís. **21.(Para não esquecer que) a luta de classes é o motor da história: notas sobre Pêcheux e o materialismo histórico**. Revista Philologus, v. 26, n. 76, p. 306-13, 2020.

SISSÉ, Lamine. **Liberdade de expressão e democracia na Guiné Bissau**. 2015.

SOUSA, Julião Soares. Amílcar Cabral (1924-1973): **Vida e morte de um revolucionário africano**. Lisboa, Nova Veja, 2011.

TEIXEIRA, Ricardino, Jacinto, Dumas. **Transição democrática e modelos de democracia**. Tensões Mundiais, Fortaleza, V. 11, n. 21, p. 199-223, 2015.

TRAJANO FILHO, Wilson. **O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação**. Estudos Ibero-Americanos, 2016, 42.3: 913-943.

VAZ, Avelino. **Identidade docente no relato de professores de português da Guiné-Bissau**. Dissertação (mestrado acadêmica). Universidade Federal de Lavras, 2021.

VISENTINI, Fagundes, G. Paulo. **Revoluções e regimes marxistas: Rupturas, experiências e impactos internacional**. 1ª. Ed. Leitura XXI/NERINT-UFRGS. 2013.

WALLACE, Rob; LIEBMAN, Alex; CHAVES, Fernando, Luís; WALLACE, Rodrick. **Covid-19 e os circuitos do capital**. In: Danilo Paris (org.), 2020.

WOOLLACOTT, John. "A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal." *Análise Social* 19.77/79 (1983): 1131-115.